

Estudo Técnico Preliminar 46/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.003451/2023-79

2. Objeto

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Seguro Total para 07(sete) veículos oficiais pertencentes à frota da administração direta do Ministério de Minas e Energia em Brasília - DF, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros, de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas pelo período de 2 (dois) anos, e demais condições constantes no Termo de Referência.

3. Introdução

3.1. A equipe de planejamento da contratação, constituída por servidores da CGRL e CGCC, elaborou o presente Estudo Técnico Preliminar referente à contratação em tela para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais, que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020.

3.1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade assegurar a viabilidade técnica da contratação de empresa especializada para prestação de serviços securitários aos veículos pertencentes à frota do Ministério de Minas e Energia em Brasília - DF, visando assegurar restituição financeira por danos causados aos veículos provenientes de incêndio, colisão, roubo, furto, acidentes durante e transporte de veículos por meio apropriado, atos danosos praticados por terceiros, fenômeno da naturais, queda acidental de qualquer objeto ou agente externo sobre o veículo, além de garantir assistência 24 (vinte e quatro) horas para os respectivos veículos e seus ocupantes, como também, realizar o levantamento dos elementos essenciais que servirão de base para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, em conformidade com a Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento.

Natureza do Objeto

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços e bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado nos termos do Art. 14 da Instrução Normativa nº 05, de 2017.

3.3. Constatou-se que a solução a ser contratada possui natureza de serviço comum, continuado, em que o prazo de vigência da contratação é de **2 (dois) anos** contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até em 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 A prestação dos serviços se configura como continua, dado que são serviços necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições, que, se interromp **permanentes, ininterruptos e essenciais a Instituição.**

3.4.1 Histórico de contratação do Objeto

Nota de Empenho	Ano
2018NE800559	2018
2019NE800439	2019
2020NE800394	2020
2021NE000139	2021
2022NE000074	2022
2022NE000137	2022

3.5. Por fim, conforme Art. 9º, § único da IN nº 5, de 26 de maio de 2017, o serviço a ser contratado classifica-se como atividade auxiliar, instrumental ou acessória que não constitui área de competência legal do órgão no cumprimento de sua missão institucional.

que são serviços de natureza contínua necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições, que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva se estender por mais de um exercício financeiro, portanto são serviços caracterizados como permanentes, ininterruptos e essenciais à Instituição.

4. Descrição da necessidade

4.1. O Ministério de Minas e Energia caracteriza-se por multiplicidade de atuação nas áreas de Energia e Mineração e fontes alternativas de energia. Visando manter essas responsabilidades, faz-se necessário a contratação de empresa que preste serviço de cobertura de seguro total aos veículos do órgão, em razão de que, durante suas atividades as autoridades circulam em locais de tráfego muito intenso, áreas urbanas, estando sujeito a ocorrências de sinistros, e consequentes indenizações, por danos pessoais e materiais ao patrimônio da União e a terceiros. Desta forma, a contratação do seguro proporcionará maior segurança no caso de envolvimento em sinistros, possibilitando maior facilidade e agilidade na recuperação do bem e eventual ressarcimento a terceiros, bem como resguardar o patrimônio público frente a eventuais sinistros, englobando também a cobertura aos ocupantes e a terceiros.

4.2. A empresa contratada também deverá prever o acréscimo de novos veículos na apólice ou suprimento, pois a frota do órgão passa por renovações.

4.3. Fundamentação Legal:

- Lei nº 14.133, de 01/04/2021,
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 08/07/2021;
- Decreto-Lei nº 73 de 21/11/1966 que trata do Sistema Nacional de Seguros Privados - SUSEP e,
- Resolução CNSP nº 422, de 11/11/2021;
- Circular SUSEP nº 529, de 25/02/2026;
- Circular SUSEP nº 621, de 12/02//2021;
- Circular SUSEP nº 639, de 09/08/2021;
- Decreto nº 9.507 de 21/09/2018.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-geral de Recursos Logísticos - CGRL	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho
Coordenação de Atividades Gerais	Alvanir da Silva Carvalho
Serviço de Transportes - COAGE	Airton Oliveira Lima

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

São requisitos da contratação:

6.1 A contratação deverá atender aos requisitos de qualificação técnica, jurídica, econômico-financeiro, fiscal e trabalhista previstos no Art. 62, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e serão pormenorizados oportunamente no Edital do referido certame;

6.2. Não poderão participar desta licitação pessoa física ou jurídica, que não seja constituída na forma de Sociedade Anônima - S/A (Lei nº 6.404, de 15/12/1976) como Seguradora, subscrevendo riscos de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações,

direitos e garantias, e que, atendendo às exigências previstas no Decreto Lei nº 73, de 21/11/1966, e nas normas aplicáveis à atividade de seguro e cosseguro emitidas pelo CNSP e pela SUSEP (em especial a Resolução CNSP nº 422, de 11/11/2021, e a Circular SUSEP nº 529, de 25/02/2016), tenha sido autorizado pelo órgão supervisor de seguros.

6.3. Comprovação de aptidão (Atestado de Capacidade Técnico-Operacional) de que a licitante já tenha fornecido serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com objeto da licitação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

6.4 Ato de registro ou autorização para operação de seguros, expedido pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, em termos do Art. 36 do Decreto-Lei nº 73 de 21/11/1966, em plena validade;

6.5. Para atendimento de qualificação técnica, será solicitado que as empresas comprovem regularidade perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (número de registro na SUSEP);

6.6. Que a contratada esteja de conformidade com a Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964 (que regula a profissão de corretor de seguros) e o Decreto nº 73, de 21 de novembro de 1966 (dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros).

6.7. Quanto aos requisitos da prestação do serviço em si, as empresas proponentes devem estar aptas a fornecer as seguintes coberturas, sendo que o seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento dos passageiros e transportes do veículo até a oficina autorizada pelo Ministério de Minas e Energia, localizada no Distrito Federal ou local adequado mais próximo do acidente, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro discriminado abaixo:

6.7.1. Roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros para-brisa, faróis, lanternas e retrovisores;

6.7.2. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;

6.7.3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento, abalroamento ou derrapagem;

6.7.4. Incêndio e explosão ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros, com exceção dos casos previstos na legislação e normas regulamentárias aplicáveis;

6.7.5. Fenômeno da natureza e suas consequências;

6.7.6. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

6.7.7. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

6.7.8. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

6.7.9. Responsabilidade civil (RCF - Danos Materiais e Pessoais);

6.7.10. Acidente pessoal (APP - por invalidez);

6.7.11. Acidente pessoal (APP - por morte);

6.7.12. Granizo, furacão e terremotos;

6.7.13. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

6.7.13.1 Serviço de chaveiro;

6.7.13.2 Assistência com socorro mecânico;

6.7.13.3 Fornecimento de combustível em caso de "pane seca", que permita o trânsito até o próximo posto;

6.7.13.4 Transporte de pessoa segurada por imobilização do veículo segurado e transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo;

6.7.13.5 Troca de pneu;

6.7.13.6 Ignição elétrica de socorro (partida) de emergência;

6.7.13.7 Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo Contratante;

6.8. Os limites de indenização por cobertura serão conforme disposto abaixo:

6.8.1 Casco: valor de mercado 100 % (cem por cento) da tabela FIPE para cada veículo;

6.8.2 Danos materiais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por veículo;

6.8.3 Danos corporais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por veículo;

6.8.4 Capital segurado por passageiro em caso de morte: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

6.8.5 Capital segurado por passageiro em caso de invalidez: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

7. Levantamento de Mercado

7.1. O levantamento de mercado foi realizado mediante pesquisa de preços nos termos do Inciso II da instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021.

7.1.1. Foram examinadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, por meio de consulta a editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, que melhor atendessem às necessidades da Administração e as que foram identificadas foram incorporadas nos autos do processo SEI nº **48340.003451/2023-79**, objeto desta contratação.

7.1.2. As informações foram levantadas em 27 de outubro de 2023 por meio de pesquisa de mercado e no portal de compras do Governo Federal, conforme documentos acostados aos autos. SEI's nºs (**0826740**)/(**0830654**) e (**0831975**)

7.2. Neste sentido, foi feito o levantamento de seguradoras, que a princípio, teriam condições de atender a demanda do órgão, conforme listagem exemplificada abaixo, cabendo esclarecer que não se trata de uma listagem exaustiva e que existem outros prestadores no mercado, que podem assegurar a competitividade para a obtenção de menores preços à contratação.

Empresa Seguradora	CNPJ
Gente Seguradora S/A	90.180.605/0001-02
Mapfre Seguradora S/A	61.074.175/0001-38
Sul América Seguradora S/A	33.041.062/0001-09
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais S/A	61.198.164/0001-60
Allianz Seguros S/A	61.573.796/0001-66
Sompo Seguros S/A	61.383.493/0001-80
Liberty Seguros S/A	61.550141/0001-72

7.3. Cabe ressaltar, que a metodologia da contratação de serviços de Seguro Automotivo pesquisados juntos aos órgãos públicos, faz uso de forma semelhante a que se pretende adotar, conforme demonstrativo abaixo.

7.4. Assim, a contratação de Seguro Automotivo para a frota própria deste órgão, de forma indireta, junto a uma Seguradora, mediante processo específico é a solução que melhor se adequa à realidade do Ministério de Minas e Energia neste momento. Portanto, conclui-se que, o modelo que vem sendo adotado é o que melhor atende às necessidades atuais do Ministério.

7.5. Para o balizamento de preços baseado em contratos já firmados por outras Instituições governamentais, utilizaram-se processos em que o objeto é a contratação em lote único para prestação dos serviços correlacionados a Seguro Automotivo sem dedicação de mão de obra exclusiva.

7.6. Ressalvada a complexidade e imprecisão de comparar os editais entre si e entre a necessidade do Ministério de Minas e Energia, de forma empírica é possível estimar que se aproximam das necessidades do MME.

7.7 Por essa análise, verifica-se que a Contratação tem ordem da grandeza estimada em **R\$ 26.071,91(vinte e seis mil, setenta e um reais e noventa e hum centavos)**, para o período de **24 (vinte e quatro) meses**, com Franquia contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até em 02 (dois) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7.1 Foram considerados os valores finais da pesquisa de preços realizada com empresas da iniciativa privada, visando a harmonizar critérios compatíveis com aqueles defendidos pela Instrução Normativa ME nº 65, de 07/07/2021, que de forma empírica se aproxima dos valores obtidos na pesquisa de preços entre órgãos públicos SEI nº (**0832278**)

8. Descrição da solução como um todo

8.1 - A prestação de serviços deste ETP caracteriza-se por ser continuada e de natureza comum.

8.2 - A escolha da solução como um todo, abrange a prestação do serviço de seguro automotivo para atendimento das necessidades das viaturas pertencentes ao Ministério de Minas e Energia, na modalidade Valor de Mercado Referenciado (100% Tabela FIPE) com cobertura adicional de assistência 24 horas.

8.3 - Considerando o histórico de contratações anteriores realizadas pelo MME efetuadas na modalidade Dispensa de Licitação, em que foram detectadas perda de economia de escala e inibição a ampla participação de licitantes, a Equipe de Planejamento entendeu como sendo mais vantajosa para a Administração Pública a contratação por Pregão Eletrônico (inciso I, artigo 28 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021).

8.4 - Seguro na modalidade Valor de Mercado Referenciado (100% Tabela FIPE) com cobertura adicional de assistência 24 horas.

8.5 - Cobertura a contratar e valor máximo de indenização:

Tabela 1 - Condições e referências

Cobertura	Valores de Referência (R\$)
Básica - colisão/Incêndio/Roubo/Furto	100% - Tabela FIPE
Danos Materiais	150.000,00
Danos corporais	100.000,00
Acidente Pessoal de Ocupantes - Morte Acidental	50.000,00
Acidente Pessoal de Ocupantes - Invalidez Permanente	50.000,00
Vidros, faróis, para-choque, retrovisores	Completo
Guincho	Km Livre
Franquia de casco	Reduzida

8.6 - O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos provenientes da circulação do bem segurado, as despesas indispensáveis ao seu salvamento e transporte até a oficina/concessionária autorizada pela seguradora e/ou oficina contratada pelo órgão licitante, e as indenizações ou prestações de serviços oferecidos pela seguradora correspondentes a cada uma das coberturas do seguro contratado, constantes dos subitens seguintes:

8.6.1 - Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto, incluindo os vidros;

8.6.2 - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotagem envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;

8.6.3. Raios e suas consequências;

8.6.4. Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

8.6.5. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

8.6.6. Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

8.6.7. Danos causados durante tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;

8.6.8. RCFV (danos pessoais e danos materiais) e Acidentes Pessoais de Passageiros - APP (morte e invalidez);

8.6.9. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;

8.6.10. Acidente com o veículo segurado, nas dependências do Ministério de Minas e Energia;

8.6.11. Assistência 24 horas ao segurado, em caso de pane ou colisão do veículo, dentro e fora de Brasília, com os seguintes serviços:

- a) Serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra da fechadura, na ignição ou tranca da direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento.
- b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica;
- c) Serviço de proteção a vidros blindados, lanternas e faróis;
- d) transporte da pessoa segurada por roubo ou furto do veículo segurado; e
- e) Outros direitos previstos na apólice, não mencionados no presente Estudo Técnico Preliminar - ETP.

8.7. Os veículos objeto deste ETP empregados nas atividades operacionais e administrativas são conduzidos por servidores do órgão e motoristas terceirizados contratados para tal.

8.8. Os veículos enquanto no MME permanecerem recolhidos, e em estacionamento privativo, fechado e coberto.

8.9. A principal região de circulação dos veículos é Brasília - DF, porém, nos casos de sinistro, a cobertura do seguro deve abranger todo território nacional.

8.10. Demais condições gerais:

8.10.1. Considera-se perda total quando o valor estimado para reparação for igual ou superior a 75%(setenta e cinco por cento) do valor da importância segurada do veículo.

8.10.2. A modalidade de seguro a ser contratado é a de valor de mercado.

8.10.3. O condutor é indeterminado, sendo qualquer dos citados no item 8.7, devidamente autorizado e habilitado.

8.10.4. As condições do seguro aplicam-se única e exclusivamente a sinistros ocorridos no território nacional.

8.10.5. A seguradora poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Atualmente o Ministério de Minas e Energia possui 07 (sete) veículos oficiais destinados a atender às necessidades de transporte de autoridades. Estes veículos estão sujeitos a acidentes que podem causar danos ao patrimônio da União e a terceiros, a contratação de seguro total desta frota proporcionará maior segurança no caso de envolvimento em sinistro, possibilitando maior facilidade e agilidade na recuperação dos veículos bem como o eventual ressarcimento a terceiros.

9.2. A quantidade foi definida conforme os veículos constantes da tabela abaixo:

Tabela 2 - Descrição da Frota

Item	Modelo/ Placa	Marca/Modelo/ Potência	Tipo de combustível	Nº ocupantes	Sinistro	Nº FIPE	Chassis	Classe Bônus	Ano
1	Ducato-Placa-JFP-0776	Fiat/Ducato-Minibus 16 P 103 CV	Diesel	15	Não	00110088	93W231M2141013238	0	2003 /2004
	Fluence-Placa								2014

2	OVT-2165	Renault Fluence GT20	Flex	5	Não	0251747	8A1LZBW2TEL246048	0	/2014
3	Fluence-Placa-PAE- 1064	Renault Fluence	Flex	5	Não	0252255	8A1LZLH01FL794016	0	2015 /2015
4	Fluence-Placa-AZS-0E59	Renault Fluence	Elétrico	5	Não	0252255	VF1LZL60LFC296890	0	2014 /2015
5	Corolla-Placa-RET-5G06	Toyota Corolla Altis HV	Híbrido	5	Não	0021822	9BRBY3BE5P4033938	0	2022 /2023
6	Corolla-Placa-RET-4G94	Toyota Corolla Altis HV	Híbrido	5	Não	0021822	9BRBY3BE6P4033995	0	2022 /2023
7	Outlander-Placa-RED-5I26	Mitsubishi - I/MME Outlander 3.0 HPES	Gasolina	7	Não	0221716	JMYXLGF4WLZA00121	0	2019 /2020
Total de veículos a serem segurados									

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 26.071,91

10.1. O valor total da contratação do serviço está estimado em **R\$ 20.857,53 (vinte mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos)**, incluindo prêmio do Seguro (item 1) estimativa de cobertura de franquia (item 2) para um período de dois anos.

10.2. Em caso de Sinistro, o valor da franquia ficou estimada em 25% (vinte e cinco por cento) para o item 2 do grupo 1, totalizando um valor de **R\$ 5.214,38 (cinco mil, duzentos e quatorze reais e trinta e oito centavos)**.

10.3. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Tabela 3 - Valores de Referência

Grupo	Item	Descrição/Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Anual (R\$)		Valor Total de Referência 2 anos
						Unitário	Total	
Único	1	Seguro total para frota de 7(sete) veículos oficiais do MME, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas.	22764	Serviço	1	20.857,53	20.857,53	20.857,53
	2	Franquia de casco e vidros de seguro total para 7(sete) veículos	22764	Serviço	1	5.214,38	(*) 5.214,38	(**)5.214,38
Total Geral (2 anos)								26.071,91

Notas:

(*) O valor estimado para cobertura das franquias (item 2) do grupo acima, é fixo e independe de valor de lance ofertado, foi estimado em 25% (vinte e cinco por cento) do preço total do item 1. Não serão objeto de formulação de preços e lances pelos licitantes, uma vez que sua finalidade é eminentemente operacional e relacionada a execução orçamentária e financeira do órgão, particularmente nas atividades vinculadas a empenho, liquidação e pagamento de despesas.

(**) Os preços estimados na planilha serão os considerados como máximos para aceitação da proposta pelo MME.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Objetivando atingir economicidade na contratação entende-se que a prestação do serviço por único fornecedor implicará em menor custo, em contraposição à aquisição ou contratação parcelada, por itens. Nesse sentido, os itens foram agrupados em lote único, o que se mostra vantajoso para a Administração, pois se diminuem os custos necessários para possíveis publicações de contratos e, além de disso, em decorrência da gestão centralizada, facilita-se o controle do Contrato pela Administração. Assim, busca-se a garantia de qualidade e economicidade.

11.2. Outrossim, ainda que, em regra, o objeto das licitações deva ser adjudicado por item com o intuito inicial de ampliar o acesso e a competitividade, na contratação em questão não se verifica a viabilidade econômica para tal feito. Isso ocorre porque com o agrupamento desses itens tem-se a possibilidade de obter menores preços finais ou maiores percentuais de desconto, pois se recai na regra da economia de escala onde uma quantidade maior ofertada pode significar uma redução do preço, que nesse caso é necessariamente vantajoso para a Administração.

11.3. Portanto, “in casu”, observa-se que a eventual licitação por itens ou grupos menores poderia incorrer em diversas implicações prejudiciais à Administração, pois se houvesse uma empresa diferente para cada item, além de ser menos atrativo para os eventuais interessados, também oneraria o procedimento, uma vez que adviriam diversos contratos com as respectivas publicações, o que resulta em uma dificuldade maior de fiscalização contratual.

11.4. Assim, entende-se que a contratação dos serviços em grupo único sem parcelamento do seu objeto é a que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

11.4.1. O parcelamento tornaria os serviços a serem prestados insignificantes em termos de valor, tornando-os desvantajosos para as empresas;

11.4.2. Com maior valor do contrato seria mais atraente para as empresas do segmento acarretando em maior competitividade no certame;

11.4.3. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia processual;

11.4.4. Nos procedimentos da fiscalização de contratos, os controles serão exercidos somente sobre uma empresa; 11.4.5. De recursos financeiros, pois não serão multiplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos, entre outros;

11.4.6. De recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação;

11.4.7. Não haverá qualquer prejuízo para os potenciais licitantes, uma vez que várias empresas no mercado oferecem os mesmos serviços a que se referem à licitação.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. No escopo do processo como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para atingir o fim almejado. O Portal de compras Governamentais define que contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

12.2. A Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, em seu inciso XII do art. 2º, traz o conceito e alguns exemplos de serviços correlatos: agenciamento de passagens aéreas - transporte terrestre e aquaviários - aluguel de veículos - hospedagem - seguro de viagem, dentre outros. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação. Portanto, o objeto da contratação em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independentes.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I)	II)	III)	IV)	V)
----	-----	------	-----	----

Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação	Valor total estimado	Data desejada
143	713 - SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES (EXCETO SERVIÇO DE RESEGURO) EXCETO SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL COMPULSÓRIA	320004-90042/2022	R\$ 6.856,00	08/12/2023

Id PCA PNCP: 37115383000153-0-000001/2023

Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

13.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, conforme classificação abaixo:

PT (Programa de Trabalho): 25.122.0032.2000.0001

PO(Plano Orçamentário): 003

Ação: 2000

PTRES: 173417

FONTE: 1053000260

ED/SUBITEM: 339039-69 - Seguros em Geral

PI (Plano Interno): X

Descrição sucinta do objeto: Contratação de serviço de seguro total para os veículos pertencentes a frota oficial do Ministério de Minas e Energia.

Estimativa preliminar no valor total de **R\$ 26.071,91(vinte e seis mil, setenta e um reais e noventa e um centavos)**

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. A presente contratação visa manter os veículos oficiais do Ministério de Minas e Energia segurados, evitando possíveis perdas de patrimônio. Espera-se que esta contratação gere uma economia de escala visto que a sua contratação será por grupo único.

14.2. A administração tem por objetivo segurar toda frota do MME, evitando-se perdas maiores de numerário em eventuais sinistros, uma vez que, ocorrendo estes, a administração teria apenas como ônus o pagamento da franquia que, em regra, tem seu valor menor do que o dos danos acometidos aos veículos. O seguro ainda prevê a indenização em caso de perda total até o limite da tabela FIPE ou valor venal do veículo sem que seja necessário o pagamento de franquia neste caso, assim a instituição fica protegida de absorver este prejuízo no caso fatídico.

14.3. Assim, fica demonstrado que os resultados pretendidos são na verdade a economia que a Administração pode ganhar de forma parcial ou total nos sinistros ocorridos, no qual o dano ao patrimônio (veículos) pode se dar de forma parcial (colisões que ocasionam danos a flandagem e/ou a pintura, e aos faróis e retrovisores) ou com perda total

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Em relação à fiscalização e gestão contratual, os servidores ou comissão designada para esse fim deverão reunir-se com a contratada antes do início da prestação do serviço, visando o alinhamento dos objetivos dos envolvidos na celebração do acordo. Para tanto, poderá haver o repasse de informações necessárias (referentes à prestação de serviço e a fiscalização) e o envolvimento da comissão de fiscalização do contrato atual com a equipe que fiscalizará o novo ajuste, independente da coincidência ou não de membros.

15.2. Existe a necessidade de transição contratual, porém é realizada apenas com o envio das apólices atuais para a nova Seguradora, que optará ou não pela realização vistoria. Seguindo o padrão de mercado.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Não se aplica e não existe, pela especificidade do objeto da contratação.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável e necessária, conforme este Estudo Técnico Preliminar apresentado. Trata-se de serviço essencial para preservar a segurança dos servidores e o patrimônio público, em caso de eventuais danos materiais, colisão, roubo, furto, entre outras situações que os veículos pertencentes à frota do MME possam a vir sofrer.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AIRTON OLIVEIRA LIMA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/12/2023 às 17:47:16.

ALVANIR DA SILVA CARVALHO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 04/12/2023 às 17:49:25.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - RESOLUÇÃO CNSP Nº 422, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 - RESOLUÇÃO CNSP Nº 422, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional.pdf (1.18 MB)
- Anexo II - CIRCULAR SUSEP 529 de 25.02.2106.pdf (341.42 KB)
- Anexo III - CIRCULAR SUSEP Nº 621, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021 - CIRCULAR SUSEP Nº 621, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional.pdf (671.92 KB)
- Anexo IV - CIRCULAR SUSEP Nº 639, DE 9 DE AGOSTO DE 2021 - CIRCULAR SUSEP Nº 639, DE 9 DE AGOSTO DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional.pdf (431.79 KB)

**Anexo I - RESOLUÇÃO CNSP N° 422, DE 11 DE
NOVEMBRO DE 2021 - RESOLUÇÃO CNSP N° 422, DE
11 DE NOVEMBRO DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional.
pdf**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/11/2021 | Edição: 214 | Seção: 1 | Página: 19

Órgão: Ministério da Economia/Superintendência de Seguros Privados

RESOLUÇÃO CNSP Nº 422, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a autorização da Susep para funcionamento, início das operações no país, exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais, integralização de capital e transferência de carteira e sobre condições de estrutura de controle societário das entidades que especifica.

O DIRETOR DA DIRETORIA TÉCNICA 2 DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria Susep nº 7.875, de 22 de outubro de 2021, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão extraordinária realizada em 4 de novembro de 2021, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 32, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, nos art. 3º, 5º, 29, 38 e 74 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, no § 1º, do art. 3º, do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967 e no art. 2º, da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro 2007, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.613640/2018-27, resolve:

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Seção I

Do Objeto

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre:

I - autorização para:

a) funcionamento de supervisionadas e corretoras de resseguro;

b) início das operações no país de resseguradores estrangeiros;

c) exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais de supervisionadas, corretoras de resseguro e escritórios de representação de ressegurador admitido;

d) integralização de capital de supervisionadas; e

e) transferência de carteira de supervisionadas;

II - condições de estrutura de controle societário.

Seção II

Das Definições

Art. 2º Para fins de aplicação da presente Resolução, consideram-se:

I - supervisionadas: as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização, as entidades abertas de previdência complementar e os resseguradores locais;

II - resseguradores estrangeiros: os resseguradores admitidos e eventuais;

III - corretora de resseguros: a pessoa jurídica legalmente constituída e domiciliada no país, na forma da legislação em vigor, autorizada a intermediar operações de resseguros e retrocessões;

IV - participação qualificada: a participação, direta ou indireta, detida por pessoas naturais ou jurídicas, equivalente a 15% (quinze por cento) ou mais de ações ou quotas representativas do capital total das supervisionadas, das corretoras de resseguro e dos resseguradores estrangeiros;

V - grupo de controle: pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de votos ou sob controle comum, que detenha direitos de sócio que lhe confirmam a condição de acionista controlador, conforme art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no caso de sociedade por ações, ou que



detenham, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, no caso de sociedade limitada;

VI - EAPC/SFL: entidades abertas de previdência complementar sem fins lucrativos;

VII - associados controladores de EAPC/SFL: são os integrantes de colegiado obrigatoriamente instituído com poderes normativos de fiscalização e de controle, especialmente os de estabelecer a política operativa, de designar a diretoria e de dispor, em instância final, do patrimônio da EAPC/SFL;

VIII - falta de concorrência: situação caracterizada pela existência de apenas um ofertante no mercado nacional de uma determinada cobertura;

IX - carteira de seguros, de capitalização e de previdência complementar aberta: o plano ou o conjunto de planos de seguro, de capitalização ou de previdência complementar aberta em comercialização ou com a comercialização interrompida, assim como as provisões técnicas, os fundos e os ativos garantidores correspondentes, representados em moeda corrente nacional;

X - carteira de resseguro: a totalidade dos direitos e obrigações resultantes de um conjunto de contratos de resseguro, representados em moeda corrente nacional ou nas modalidades previstas na regulamentação;

XI - ressegurador estrangeiro especializado em riscos nucleares: ressegurador estrangeiro, consórcio ou associação de mútuo que opere exclusivamente em riscos nucleares;

XII - registradoras: entidades devidamente credenciadas e homologadas pela Susep, responsáveis pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro;

XIII - sociedades iniciadoras de serviços de seguros: sociedade anônima, credenciada pela Susep como participante do Open Insurance, que provê serviço de agregação de dados, painéis de informação e controle (dashboards) ou, como representante do cliente, com consentimento dado por ele, presta serviços de iniciação de movimentação, sem deter em momento algum os recursos pagos pelo cliente ou por ele recebidos, à exceção de eventual remuneração pelo serviço;

XIV - ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório): constitui-se em condições especiais, limitadas e exclusivas, a serem cumpridas por sociedades seguradoras, por prazo limitado; e

XV - autorização temporária: autorização para funcionamento concedida no âmbito do Sandbox Regulatório.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 3º A Susep, no curso da análise dos assuntos tratados nesta Resolução, poderá:

I - solicitar quaisquer documentos e informações adicionais que julgar necessários à decisão acerca da pretensão, inclusive a autoridades no exterior; e

II - convocar para entrevista técnica os integrantes do grupo de controle, os detentores de participação qualificada e os indicados, eleitos ou nomeados, para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das supervisionadas, corretoras de resseguro e dos resseguradores estrangeiros.

Art. 4º Devem ser submetidos à autorização prévia da Susep:

I - os pedidos das supervisionadas relativos ao funcionamento, à dissolução ou mudança de objeto social, à transferência de controle societário, à transformação societária, à fusão, cisão ou incorporação, à redução de capital, ao exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais, à transferência de carteira, à mudança na área geográfica de atuação e ao pedido de conversão de autorização temporária em definitiva das sociedades participantes do Sandbox Regulatório; e

II - o exercício de cargo em órgãos estatutários ou contratuais das corretoras de resseguro e pelo representante dos resseguradores admitidos.

§ 1º A transferência de controle societário é qualquer mudança, direta ou indireta, no grupo de controle das supervisionadas, que possa implicar alteração do quadro de pessoas que exercem a efetiva gestão dos negócios da entidade, e incluem:



I - celebração ou alteração de acordo de acionistas ou quotistas;

II - herança e atos de disposição de vontade; ou

III - outros atos, de pessoa ou grupo de pessoas, que representem interesse comum dentro da sociedade.

§ 2º O prazo para efetivação dos atos sujeitos à aprovação prévia será de 90 (noventa) dias a contar de recebimento de manifestação favorável da Susep.

§ 3º O prazo previsto no §2º poderá ser prorrogado, a critério da Susep.

§ 4º A transferência de controle societário somente se configura nos casos em que ocorra alteração no quadro de controladores finais da supervisionada.

Art. 5º Devem ser submetidos à homologação da Susep:

I - a aquisição ou expansão de participação qualificada, o aumento de capital e as alterações no estatuto social de supervisionadas;

II - o início e término das operações no país, a inclusão de novo ramo ou grupo de seguro na autorização, a atualização cadastral e a alteração de procurador de resseguradores estrangeiros;

III - o funcionamento e a dissolução ou mudança de objeto social das corretoras de resseguro;

IV - o início e término das operações no mercado supervisionado pela Susep das entidades registradoras e das sociedades iniciadoras de serviço de seguros; e

V - os atos listados no art. 4º, após a sua realização.

§ 1º Na alteração de participação qualificada prevista no inciso I do caput, a Susep poderá solicitar informações e documentos julgados necessários ao perfeito esclarecimento da operação, inclusive quanto à origem dos recursos nela utilizados e à reputação ilibada dos envolvidos.

§ 2º Examinados os aspectos da operação a que se refere o § 1º deste artigo e constatada qualquer irregularidade, a Susep poderá determinar que a operação seja regularizada, mediante o seu desfazimento ou a alienação da participação qualificada.

Art. 6º Devem ser comunicados à Susep:

I - a alteração de razão social, de dados do procurador e de sede ou país de origem e a fusão, cisão ou incorporação de resseguradores estrangeiros;

II - a renúncia ou afastamento de membros de órgãos estatutários ou contratuais de supervisionadas e corretoras de resseguros e do representante de resseguradores admitidos;

III - a alteração na designação de funções dos diretores estatutários das supervisionadas; e

IV - a alteração da razão social, a transferência de controle, a fusão, cisão ou incorporação, a aquisição e expansão de participação qualificada, o aumento ou redução de capital e as alterações no estatuto social de corretoras de resseguro.

Art. 7º A Susep poderá, ainda, indeferir os pedidos relacionados com os assuntos de que trata esta Resolução, caso venha a ser apurada:

I - circunstância que possa afetar a reputação ilibada dos membros de órgãos estatutários ou contratuais, dos integrantes do grupo de controle, dos detentores de participação qualificada, dos procuradores e representantes dos resseguradores estrangeiros ou das próprias supervisionadas, corretoras de resseguro e resseguradores estrangeiros; ou

II - falsidade nas declarações ou nos documentos apresentados na instrução do processo.

Parágrafo único. Nos casos de que trata este artigo, a Susep concederá prazo aos interessados para a apresentação de justificativas e, quando possível, para saneamento dos vícios.

Art. 8º A Susep poderá arquivar os pedidos relacionados com os assuntos de que trata esta Resolução quando:

I - não for realizada a apresentação técnica prevista no art. 12;

II - houver descumprimento de quaisquer dos prazos previstos na regulamentação em vigor;



III - os processos não forem instruídos com toda a documentação exigida pelos normativos vigentes; e

IV - não forem atendidas solicitações de apresentação de documentos adicionais, de prestação de informações, de comparecimento para a realização de entrevistas técnicas ou outras solicitações relacionadas ao processo, no prazo assinalado.

§ 1º No arquivamento previsto no inciso I e III do caput, não haverá análise de qualquer documento apresentado pela requerente.

§ 2º Na hipótese de arquivamento, deverá ser formulado novo pedido, instruído com toda a documentação atualizada.

Art. 9º Verificada, após a autorização, falsidade nas declarações ou nos documentos apresentados na instrução dos processos previstos nesta Resolução e considerando a relevância dos fatos omitidos ou distorcidos, tendo por base as circunstâncias de cada caso e o interesse público, a Susep poderá:

I - no caso de processos de autorização e de cadastramento, assim como de eleição ou nomeação para o exercício de cargo em órgão estatutário ou contratual, revogar a decisão que aprovou a solicitação; e

II - no caso de alteração de controle, de reorganização societária ou de aquisição de participação qualificada, determinar que a operação seja regularizada.

§ 1º Nas hipóteses descritas no caput, a Susep deverá instaurar processo administrativo, notificando o responsável pela declaração ou documento falso, para se manifestar sobre a irregularidade apurada.

§ 2º O responsável pela declaração ou documento falso, caso não seja encontrado no endereço fornecido à Susep, será notificado nas formas previstas por lei.

§ 3º As medidas previstas neste artigo poderão também ser adotadas caso sejam constatadas, a qualquer tempo, circunstâncias preexistentes ou posteriores à eleição ou à nomeação que possam afetar a reputação ilibada dos eleitos ou nomeados para os cargos estatutários ou contratuais.

§ 4º A Susep poderá determinar a substituição do eleito ou nomeado caso sejam constatadas, a qualquer tempo, circunstâncias posteriores à eleição ou à nomeação que possam afetar a reputação ilibada dos eleitos ou nomeados para os cargos estatutários ou contratuais.

§ 5º Para fins do disposto no inciso I do caput, os procuradores dos resseguradores estrangeiros equiparam-se aos eleitos ou nomeados para os cargos estatutários ou contratuais.

Art. 10. A Susep poderá vedar, para pessoas residentes ou empresas sediadas em países para os quais o Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro - GAFI proponha a aplicação de contramedidas em face de deficiências em seus mecanismos de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo:

I - o cadastro a que se refere o art. 23; e

II - a participação direta ou indireta ou o ingresso de sócio ou quotistas em supervisionadas e corretoras de resseguro.

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO

Art. 11. No processo de autorização para funcionamento deve ser indicado o responsável pela condução do processo na Susep.

Art. 12. Os processos de autorização para funcionamento deverão ser precedidos por apresentação técnica acerca dos aspectos gerais do projeto.

Parágrafo único. A apresentação técnica prevista no caput deverá ser realizada pelo responsável pela condução do processo na Susep.

Art. 13. Para fins de obtenção de autorização para funcionamento, o objeto social deverá ser exclusivamente:



I - atuação no mercado de seguros, previdência complementar aberta, capitalização ou resseguro, conforme o caso, para as supervisionadas; e

II - a atuação como intermediária na contratação de resseguros e retrocessões, para as corretoras de resseguro.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica para:

I - as atividades de suporte ao funcionamento das entidades de que trata este artigo; e

II - a prestação de serviços técnicos diretamente associados a operações de resseguro e retrocessão.

Art. 14. Para fins de obtenção de autorização para funcionamento, a denominação social da supervisionada e da corretora de resseguros deverá:

I - evidenciar seu objeto social;

II - não conter sigla ou denominação de órgãos públicos ou organismos internacionais; e

III - atender às regras de proteção ao nome empresarial estabelecidas pelo Código Civil, na forma definida pelas Diretrizes Gerais do Registro Público de Empresas (DREI).

Art. 15. A Susep, nos casos que julgar necessário, poderá exigir celebração de acordo de acionistas ou quotistas contemplando expressa definição do grupo de controle da supervisionada ou corretora de resseguro objeto do processo.

§ 1º O disposto no caput não se aplica:

I - às supervisionadas ou às corretoras de resseguro cujas ações sejam admitidas à negociação em Bolsa de Valores; ou

II - às sociedades seguradoras e resseguradoras, às entidades abertas de previdência complementar ou às corretoras de resseguro cuja estrutura de controle seja pulverizada.

§ 2º As sociedades de capitalização deverão ser constituídas com estrutura de controle definido e com a identificação de seus integrantes.



Art. 16. As supervisionadas e as corretoras de resseguros estrangeiras poderão requerer a autorização para funcionamento no país, por meio de dependência, mediante atendimento dos requisitos de que tratam os art. 17 e 21, conforme o caso.

Seção I

Das Supervisionadas

Subseção I

Do Procedimento Ordinário

Art. 17. O processo de autorização para funcionamento de supervisionadas dependerá do atendimento das seguintes condições:

I - apresentação de plano de negócios, na forma definida pela Susep;

II - identificação dos integrantes do grupo de controle, pessoas naturais e jurídicas, e dos detentores de participação qualificada, quando houver, com as respectivas participações societárias ou contratuais, que possam vir a exercer influência direta ou indireta nos seus negócios;

III - demonstração de capacidade econômica e financeira compatível com o porte, natureza e objetivo do empreendimento pretendido, a ser atendida, a critério da Susep, pela supervisionada ou, se houver, individualmente por acionista controlador ou pelo grupo de controle;

IV - identificação da origem dos recursos a serem utilizados no empreendimento por todos os investidores; e

V - inexistência de restrições que possam, a juízo da Susep, afetar a reputação ilibada dos controladores e detentores de participação qualificada.

Parágrafo único. Na hipótese de a capacidade econômico e financeira de que trata o inciso III do caput ser atendida pela supervisionada, o patrimônio líquido ajustado deverá ser igual ou superior ao valor máximo apurado nos 12 (doze) primeiros meses da projeção constante em seu plano de negócios, correspondendo:

I - a duas vezes o capital mínimo requerido, para as sociedades seguradoras, as entidades abertas de previdência complementar e os resseguradores locais; e

II - a três vezes o capital mínimo requerido para as entidades de capitalização.

Art. 18. No prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da manifestação favorável da Susep a respeito do cumprimento das condições previstas no art. 17, os interessados deverão:

I - formalizar os atos societários de funcionamento e de eleição dos primeiros administradores e demais membros dos órgãos estatutários da pessoa jurídica objeto da autorização para funcionamento, e submetê-los à aprovação da Susep, na forma e prazo por ela estabelecidos; e

II - comprovar a origem e movimentação dos recursos utilizados no empreendimento por todos os investidores.

§ 1º É vedada a realização de operações privativas das supervisionadas antes da expedição da autorização para funcionamento.

§ 2º As EAPC/SFL serão regidas subsidiariamente pela lei das sociedades por ações.

Art. 19. Verificado, pela Susep, o atendimento das condições previstas no art. 18, será expedida autorização para funcionamento da supervisionada.

Parágrafo único. Expedida a autorização referida no caput, a supervisionada será considerada em funcionamento, para efeitos de aplicação e observância da regulamentação em vigor.

Subseção II

Da Conversão de Autorização Temporária Para Autorização Definitiva

Art. 20. A conversão de autorização temporária de funcionamento de supervisionadas participantes exclusivamente de ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório) em autorização definitiva dependerá do atendimento das seguintes condições:

I - apresentação de plano de negócios, na forma definida pela Susep; e

II - demonstração de capacidade econômica e financeira compatível com o porte, natureza e objetivo do empreendimento pretendido, a ser atendida, a critério da Susep, pela supervisionada ou, se houver, individualmente por acionista controlador ou pelo grupo de controle.

§ 1º Caso, para atendimento ao previsto no inciso II do caput, esteja previsto aumento de capital na supervisionada, o início do processo de homologação do aumento de capital, previsto no inciso I do art. 5º, deve ser anterior ao processo de conversão de autorização temporária de funcionamento em autorização definitiva.

§ 2º O processo de que trata o caput deverá ser iniciado até o término do prazo da autorização temporária.

Seção II

Das Corretoras de Resseguros

Art. 21. Para fins de obtenção de autorização para funcionamento, a corretora de resseguros deverá atender às seguintes condições:

I - estar organizada sob a forma de sociedade por ações ou sociedade empresária limitada, nos termos dos normativos em vigor;

II - identificar os integrantes do grupo de controle e os detentores de participação qualificada, com respectivas participações no capital social;

III - comprovar a origem e movimentação dos recursos utilizados na composição do capital social por todos os investidores;



IV - comprovar a inexistência de restrições que possam, a juízo da Susep, afetar a reputação ilibada dos controladores e detentores de participação qualificada, nos termos do art. 44; e

V - nomear responsável técnico, que seja diretor ou sócio administrador, para responder pelos atos de corretagem de resseguros e de retrocessões, assim como para se responsabilizar perante a Susep pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares vigentes e pelo atendimento às informações solicitadas a respeito dos contratos intermediados.

Parágrafo único. O responsável técnico da sociedade corretora de resseguros deve ser corretor de seguros especializado com registro ativo na Susep e residente no país.

Art. 22. Obtida autorização para funcionamento, e sob pena de seu cancelamento, a corretora de resseguros deverá contratar no país, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data da referida autorização, uma apólice de seguro de responsabilidade civil profissional, com limite mínimo de garantia de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou equivalente em moeda estrangeira de livre conversibilidade, para responder pelo cumprimento das obrigações relacionadas aos serviços prestados no mercado brasileiro e garantia de quaisquer prejuízos decorrentes de sua atuação profissional.

1º No caso de contratação do seguro de que trata o caput em moeda estrangeira, aplica-se o disposto na legislação vigente.

§ 2º O seguro a que se refere o caput deverá mantido e contratado e/ou renovado até a extinção das responsabilidades assumidas como corretora de resseguros.

§ 3º Não será admitida apólice com cláusula de participação obrigatória do segurado superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ou equivalente em moeda estrangeira na qual o seguro tenha sido contratado.

§ 4º A Susep deverá receber cópia e ser mantida informada, durante a vigência, de toda e qualquer alteração que seja restritiva às condições da apólice original, cabendo à corretora de resseguros e à seguradora garantidora do risco informar eventuais alterações, sob pena de suspensão da autorização para funcionamento da corretora de resseguros.

Seção III

Dos Resseguradores Estrangeiros

Art. 23. A autorização para início das operações no país de resseguradores estrangeiros, prevista no inciso II do art. 5º, ocorre com o cadastramento destes resseguradores pela Susep.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput só é válida para os grupos e ramos de seguros informados pelo ressegurador estrangeiro no processo de cadastramento.

Art. 24. No processo de cadastramento de resseguradores estrangeiros, deve ser designado procurador, pessoa natural, domiciliado no Brasil, com poderes especiais para receber citações, intimações, notificações e outras comunicações, o qual funcionará como responsável pela condução do processo na Susep.

Art. 25. Nos processos de autorização de resseguradores estrangeiros, a exigência de que trata o art. 12 ocorrerá antes do pedido de cadastramento.

Art. 26. Para fins do cadastramento a que se refere o art. 23, o ressegurador estrangeiro deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

I - estar constituído segundo as leis de seu país de origem, para subscrever resseguros locais e internacionais, nos ramos em que pretenda operar no Brasil;

II - ter dado início a operações de subscrição de resseguros locais e internacionais no país de origem há mais de 5 (cinco) anos nos ramos em que pretenda operar no Brasil;

III - estar em situação regular quanto a sua solvência perante o órgão supervisor no país de origem;

IV - apresentar as demonstrações financeiras na forma definida pela Susep; e

V - não ter tido o cadastro na Susep cancelado de ofício nos últimos 5 (cinco) anos.



§ 1º Qualquer alteração das informações de que tratam os incisos do caput, que resulte em desatendimento dos requisitos mínimos impostos pela legislação para manutenção do cadastro, a qualquer momento entre o período das renovações, deverá ser comunicada à Susep na forma e prazo por ela estabelecidos.

§ 2º As informações previstas neste artigo deverão ser atualizadas periodicamente na forma definida pela Susep.

§ 3º Na hipótese de alteração de país sede em período menor que 5 (cinco) anos, para fins de apuração de que trata o inciso II do caput, poderá ser considerado tempo de experiência no país sede anterior do ressegurador estrangeiro.

Art. 27. No caso de cadastramento de ressegurador estrangeiro especializado em riscos nucleares, constituído na forma de consórcio ou associação de mútuo:

- I - os membros do consórcio serão considerados uma só entidade;
- II - para fins de atendimento ao inciso I do art. 28, deve ser considerado a soma dos patrimônios líquidos das entidades que compõem o consórcio ou associação de mútuo;
- III - eventuais reservas e promessas de aporte de capital não devem ser incluídos na composição dos recursos que se refere o inciso I do art. 28; e
- IV - no caso de existência de cláusula de solidariedade entre as empresas-membro do consórcio ou de fundo específico para suas operações, a Susep poderá aceitar a classificação de solvência de um dos membros do consórcio para fins de atender o requisito do inciso II do art. 28.

Art. 28. Além dos requisitos previstos no art. 26, para fins de cadastramento, o ressegurador estrangeiro deverá:

- I - possuir patrimônio líquido individual não inferior a USD150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos), ou equivalente em outra moeda estrangeira de livre conversibilidade, atestado por auditor externo; e
- II - ser portador de classificação de solvência individual, emitida por, ao menos, uma agência classificadora de risco, com os seguintes níveis mínimos:



Agência Classificadora de Risco

Standard & Poors	BBB
Fitch	BBB
Moody's	Baa2
AM Best	B++

§ 1º É vedado o cadastro a que se refere o caput de resseguradores eventuais sediados em paraísos fiscais, assim considerados países ou dependências que não tributam a renda ou que a tributam à alíquota inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade.

§ 2º Para fins de atendimento ao inciso II do caput, poderá ser aceito o relatório de solvência do grupo econômico que o ressegurador estrangeiro integre, quando for possível identificar o seu rating individual.

§ 3º Excepcionalmente, caso a Susep constate falta de concorrência no mercado de resseguro em algum ramo específico, o patrimônio mínimo previsto no inciso I do caput poderá ser reduzido em até 50% (cinquenta por cento).

§ 4º O valor reduzido de patrimônio líquido exigido vigorará para todas as subsequentes renovações anuais de documentos para o ressegurador cadastrado nos termos da exceção referida no § 3º deste artigo.

§ 5º Para fins de atendimento ao § 3º deste artigo, a aferição de falta de concorrência poderá ser indicada, de ofício pela Susep, ou por ressegurador, nos termos desta Resolução, quando da análise de processo específico para este fim.

§ 6º Qualquer alteração das informações de que tratam os incisos I a II do caput, que resultem em desatendimento dos requisitos mínimos impostos pela legislação para manutenção do cadastro, a qualquer momento entre o período das renovações, deverá ser comunicada à Susep.

§ 7º As informações previstas neste artigo deverão ser atualizadas periodicamente na forma e prazo definidos pela Susep.

§ 8º A Susep poderá, a qualquer tempo, excluir ou alterar as agências classificadoras de risco, previstas no inciso II do caput.

Art. 29. Os resseguradores admitidos deverão, ainda:

I - possuir conta em moeda estrangeira no Brasil, vinculada à Susep, em banco autorizado a operar em câmbio no país, com saldo mínimo constituído em espécie, para garantia de suas operações no país, facultada a aplicação em ativos financeiros, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e normas expedidas pelo CNSP referentes a garantias e provisões, no valor de:

a) USD 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos) ou equivalente em outra moeda estrangeira de livre conversibilidade, para resseguradores atuantes na cobertura de riscos inerentes aos ramos de danos e pessoas; e

b) USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos) ou equivalente em outra moeda estrangeira de livre conversibilidade, para resseguradores atuantes somente na cobertura de riscos inerentes o ramo de pessoas;

II - estabelecer ou contratar previamente escritório de representação no país.

Subseção I

Da Representação do Ressegurador Admitido

Art. 30. O ressegurador admitido deverá possuir, enquanto mantiver operações no país, representação, a qual poderá ser exercida diretamente, por meio de escritório próprio, ou através de pessoas jurídicas terceiras devidamente contratadas.

§ 1º O representante de que trata o caput:

I - terá plenos poderes para tratar de quaisquer questões relativas ao escritório de representação e resolvê-las definitivamente, quando houver; e

II - poderá acumular a função de procurador do ressegurador admitido nos termos do art. 24.

§ 2º Na hipótese da representação ser exercida diretamente, por meio de escritório próprio, o representante de que trata o caput será o responsável pelo escritório de representação.

§ 3º As obrigações assumidas pelo representante no Brasil perante as cedentes brasileiras vinculam integralmente o ressegurador admitido.

§ 4º Os representantes deverão atender às condições previstas no art. 44.

CAPÍTULO IV

DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E DO CADASTRO

Art. 31. O cancelamento da autorização para funcionamento e do cadastro poderá ser:

I - voluntário; ou

II - de ofício, por ato da Susep.

Art. 32. O cancelamento voluntário da autorização para funcionamento e do cadastro ocorrerá após a homologação da Susep:

I - de ato societário que deliberou pela Liquidação Ordinária de supervisionada;

II - de solicitação de cancelamento de cadastro feita pelos resseguradores estrangeiros;

III - de dissolução de corretoras de resseguro; ou



IV - de mudança de objeto social de supervisionadas, corretoras de resseguro e resseguradores estrangeiros que resulte na sua descaracterização como entidade integrante do mercado supervisionado pela Susep.

Art. 33. O cancelamento de ofício pela Susep de autorização para funcionamento e do cadastro ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - decretação pelo Conselho Diretor da Susep de Liquidação Extrajudicial de supervisionada; ou

II - decurso do prazo determinado sem que a supervisionada, o ressegurador estrangeiro ou a corretora de resseguros cesse os motivos que deram causa a sua suspensão, nos termos do art. 35.

Art. 34. São requisitos indispensáveis para o cancelamento voluntário da autorização para funcionamento:

I - dar publicidade à intenção, na forma definida pela Susep; e

II - instrução do respectivo processo junto à Susep nos termos e condições por ela estabelecidos.

§ 1º Adicionalmente aos requisitos estabelecidos neste artigo, a Susep poderá:

I - condicionar o cancelamento à garantia de liquidação de operações passivas privativas das supervisionadas e corretoras de resseguros; ou

II - condicionar a liberação do montante em conta em moeda estrangeira no Brasil, prevista no inciso I do art. 29, à garantia de liquidação de operações passivas privativas de resseguradores admitidos.

§ 2º As disposições deste artigo não se aplicam à extinção de supervisionadas, de resseguradores estrangeiros e de corretoras de resseguros decorrente de fusão, cisão total ou incorporação, desde que a entidade resultante ou sucessora seja autorizada a funcionar ou cadastrada pela Susep.

Art. 35. A Susep, esgotadas as demais medidas cabíveis na esfera de sua atribuição e sem prejuízo da eventual decretação de regime especial, poderá suspender a autorização para funcionamento ou o cadastro das supervisionadas, dos resseguradores estrangeiros e das corretoras de resseguros, quando constatada, a qualquer tempo, uma ou mais das seguintes situações:

I - com relação às supervisionadas:

a) inatividade operacional;

b) não localização da entidade no endereço físico ou eletrônico informado à Susep;

c) interrupção, do envio das informações à Susep, conforme exigido pela regulamentação em vigor;

d) não atendimento, a qualquer tempo, a uma ou mais condições exigidas para autorização de funcionamento;

II - com relação aos resseguradores estrangeiros:

a) não localização dos representantes ou do procurador no endereço físico ou eletrônico informado à Susep;

b) interrupção, do envio das informações à Susep, conforme exigido pela regulamentação em vigor;

c) não atendimento, a qualquer tempo, a um ou mais requisitos de cadastramento; ou

d) não cumprimento do prazo estipulado pela Susep para apresentação integral dos documentos exigidos para atualização periódica de dados ou apresentação de documentação desatualizada;

III - com relação às corretoras de resseguros:

a) não localização da corretora de resseguros no endereço físico ou eletrônico informado à Susep;

b) interrupção, do envio das informações à Susep, conforme exigido pela regulamentação em vigor;



c) não contratação ou renovação de seguro de responsabilidade civil profissional previsto no art. 22; ou

d) não atendimento, a qualquer tempo, a uma ou mais condições exigidas para autorização de funcionamento.

§ 1º A suspensão de que trata o caput implica a proibição de:

I - emissão de apólices, certificados e bilhetes de seguros ou títulos de capitalização;

II - renovação de apólices de seguros;

III - comercialização de planos de previdência complementar aberta;

IV - comercialização de cobertura de resseguro; e

V - intermediação do contrato de resseguro.

§ 2º Os contratos de resseguro automático poderão ser mantidos até o término de sua vigência, limitados ao período de 1 (um) ano a partir da data da suspensão.

§ 3º Fica facultado à cedente rescindir o contrato com o ressegurador na hipótese de suspensão que trata o inciso II do caput.

§ 4º A Susep deverá notificar previamente a supervisionada, o ressegurador estrangeiro e a corretora de resseguros a respeito de seu enquadramento nas situações previstas neste artigo.

§ 5º Cessada a causa para a suspensão, a Susep restabelecerá as condições de funcionamento anteriores à imposição da medida.

§ 6º Caso a supervisionada, o ressegurador estrangeiro ou a corretora de resseguros, até o último dia do prazo de suspensão, não fizer cessar os motivos que lhe deram causa, a medida poderá ser convertida em cancelamento.

Art. 36. A supervisionada, o ressegurador estrangeiro ou a corretora de resseguros cuja autorização de funcionamento ou cadastro seja cancelado somente poderá obter nova autorização ou cadastro mediante o atendimento a todos os requisitos previstos nesta Resolução.



Art. 37. A suspensão ou o cancelamento não desoneram a supervisionada, o ressegurador estrangeiro e a corretora de resseguros do cumprimento de todas as suas obrigações em relação aos contratos firmados.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA DE CONTROLE SOCIETÁRIO

Art. 38. As disposições desta Resolução referentes a controle e grupo de controle serão aplicáveis somente nos casos em que houver identificação de seus integrantes, segundo os critérios estabelecidos no inciso V do art. 2º.

Parágrafo único. Nas hipóteses de não identificação do grupo de controle, o estatuto social da supervisionada deverá prever a distribuição de dividendos somente após dois exercícios sociais consecutivos ao seu início de operação, ressalvados os dividendos obrigatórios, na forma da legislação.

Art. 39. As participações societárias diretas nas supervisionadas, na condição de integrante do grupo de controle, somente podem ser detidas por:

I - pessoas naturais;

II - supervisionadas e resseguradores estrangeiros;

III - pessoas jurídicas que tenham por objeto a participação em supervisionadas; ou

IV - fundos de investimentos em participação que tenham por objeto a participação em supervisionadas.

§ 1º O ingresso de sócio na condição de integrante do grupo de controle requer o atendimento ao disposto no caput.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do caput, o objeto poderá contemplar outras atividades, desde que correlatas ao negócio principal ao mercado de seguros e resseguros.

§ 3º Na hipótese do inciso IV do caput, o gestor do fundo de investimento deverá comprovar:

a) a existência e cumprimento de política de lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo de acordo com as leis do seu país de origem; e

b) a sua regularidade cadastral no órgão supervisor de seu país de origem, se aplicável.

4º É facultada a aplicação do disposto no caput deste artigo às entidades constituídas antes da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 40. Os processos de transferência de controle societário de supervisionadas deverão ser precedidos por apresentação técnica acerca dos aspectos gerais do projeto.

Parágrafo único. A apresentação técnica prevista no caput deverá ser realizada pelo responsável pela condução do processo na Susep.

Art. 41. Fica condicionada à ausência de objeção por parte do supervisor do país de origem:

I - a constituição, no país, de subsidiária de supervisionada, sediada no exterior; e

II - o ingresso de sociedade seguradora, ressegurador, sociedade de capitalização e entidade aberta de previdência complementar, sediada no exterior, no grupo de controle direto ou indireto de supervisionada.

Art. 42. Os estatutos das EAPC/SFL, ao disciplinarem a forma de sua administração e controle, estabelecerão distinção expressa entre associados controladores e simples participantes dos planos de benefícios.

Parágrafo único. Os associados controladores, mesmo que não exerçam diretamente funções de diretores, serão solidariamente responsáveis pelos atos praticados pelo próprio colegiado ou pela diretoria da EAPC/SFL.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO DE CARGOS EM ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS OU CONTRATUAIS

Art. 43. A eleição, a posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais de supervisionadas e de corretoras de resseguros são privativos de pessoas cuja indicação tenha sido prévia e expressamente autorizada pela Susep.

§ 1º Anteriormente à realização do ato societário, as supervisionadas e a corretora de resseguro deverão consultar a Susep quanto ao cumprimento das condições e requisitos, por parte dos indicados, para o exercício dos respectivos cargos.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica aos casos de reeleição ou eleição de quem ocupe ou tenha ocupado nos últimos 6 (seis) meses cargos em órgãos estatutários ou contratuais das supervisionadas, escritório de representação de resseguradores admitidos e corretoras de resseguro, hipótese na qual o correspondente ato societário poderá ser realizado, independentemente de consulta prévia.

§ 3º A consulta de que trata o § 1º deste artigo será limitada ao número de cargos a serem preenchidos com eleição ou nomeação.

§ 4º A autorização tácita na forma da legislação vigente não exime o eleito ou nomeado do cumprimento das normas aplicáveis às condições e aos requisitos para exercício do cargo.

§ 5º Uma vez concedida aprovação pela Susep, as supervisionadas e as corretoras de resseguro deverão realizar o correspondente ato societário, bem como dar posse aos eleitos, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado do recebimento da comunicação da aprovação ou do decurso do prazo de que trata o § 4º deste artigo, sendo que a inobservância do prazo ensejará a realização de nova consulta.

§ 6º Os membros eleitos ou nomeados para órgãos estatutários ou contratuais de supervisionadas deverão cumprir mandato de até 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Art. 44. São condições para o exercício dos cargos em órgãos estatutários ou contratuais de supervisionadas e de corretoras de resseguro:

I - ter reputação ilibada;



II - estar devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas;

III - não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, de improbidade administrativa, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade, o Sistema Financeiro Nacional ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

IV - não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos estatutários ou contratuais nas supervisionadas, escritório de representação de resseguradores admitidos e corretoras de resseguro ou em entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, demais agências reguladoras e companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

V - não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;

VI - não ter sido declarado falido ou insolvente nos últimos 5 (cinco) anos; e

VII - não ter controlado ou administrado, nos 5 (cinco) anos que antecedem a eleição ou nomeação, firma ou sociedade objeto de declaração de insolvência, liquidação extrajudicial, intervenção, regime de administração especial temporária ou falência.

§ 1º Para avaliar o cumprimento, pelo eleito ou nomeado, do requisito estabelecido no inciso I do art. 44, a Susep poderá levar em conta as seguintes situações e ocorrências:

I - processo crime a que esteja respondendo o eleito ou nomeado, ou qualquer sociedade de que seja ou tenha sido, à época dos fatos, controlador ou administrador; e

II - processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Nacional de Seguros Privados ou com o Sistema Financeiro Nacional ou, ainda, com a CVM, Previc ou ANS.

§ 2º Na análise quanto aos parâmetros estipulados nos incisos I e V deste artigo, a Susep considerará as circunstâncias de cada caso, bem como o contexto em que ocorrer a eleição dos pretendentes, com vistas a avaliar a possibilidade de aceitar a homologação de seus nomes.

§ 3º A aprovação, por parte da Susep, de nomes para o exercício dos cargos em órgãos estatutários ou contratuais de supervisionadas e de corretoras de resseguro não exime os eleitos ou nomeados, as entidades, seus controladores e administradores da responsabilidade pela veracidade das informações prestadas à Susep.

§ 4º Os órgãos estatutários ou contratuais de que trata o caput poderão ser ocupados por até 35% (trinta e cinco por cento) de não residentes no país.

Art. 45. Além das condições básicas referidas no art. 44, os indicados para os cargos em órgãos estatutários ou contratuais de supervisionadas e de corretoras de resseguro deverão possuir capacitação técnica compatível com as atribuições dos cargos para os quais serão eleitos ou nomeados, devendo os membros do conselho fiscal ser graduados em curso de nível superior, ou igualmente equiparados, realizado no país ou no exterior, ou ter exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

§ 1º A capacitação técnica de que trata o caput deve ser comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes pela Susep.

§ 2º A comprovação do requisito constante no § 1º não se aplica aos casos de reeleição ou eleição de quem ocupe ou tenha ocupado nos últimos 6 (seis) meses cargos em órgãos estatutários ou contratuais das supervisionadas, escritório de representação de resseguradores admitidos e corretoras de resseguro.

§ 3º Para o exercício de algumas funções específicas, a Susep poderá prever a exigência de certificação técnica do indicado para cargo em órgãos estatutários ou contratuais de supervisionadas, escritórios de representação e corretoras de resseguros.



Art. 46. Os estatutos ou contratos sociais das supervisionadas não constituídas sob a forma de sociedades por ações, deverão conter cláusula estabelecendo que o mandato dos ocupantes de cargos em seus órgãos estatutários ou contratuais, à exceção do conselho fiscal, estender-se-á até a posse dos seus sucessores.

Art. 47. A constatação, a qualquer tempo, do desatendimento, superveniente ou não, revelado por ocasião da consulta prévia, da eleição ou da nomeação, a requisito previsto nesta Resolução poderá implicar, conforme as condições de cada caso concreto, a suspensão ou a revogação do ato de aprovação da consulta, da eleição ou nomeação e a instauração de processo administrativo sancionador, sem prejuízo dos demais procedimentos legais cabíveis.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, as supervisionadas e as corretoras de resseguro são obrigadas a afastar ou destituir imediatamente os ocupantes de cargos estatutários ou contratuais, sempre que constatado o descumprimento de requisitos ou o enquadramento em impedimentos para o exercício de cargo em seus órgãos estatutários ou contratuais.

Art. 48. Quando da eleição de membro do conselho de administração não residente no país, deverá ser constituído procurador, pessoa natural, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 5 (cinco) anos após o término do prazo de gestão do conselheiro.

Art. 49. As supervisionadas deverão atribuir a diretores estatutários funções específicas, conforme regulamentação em vigor.

Art. 50. Aplicam-se as disposições deste Capítulo, no que couber, aos representantes legais de sociedades estrangeiras em operação no país.

CAPÍTULO VII

DA INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL DAS SUPERVISIONADAS

Art. 51. No ato de constituição da entidade, o capital social deverá ser integralizado em moeda corrente ou qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro e deverá ser igual ou superior ao mínimo requerido, conforme estabelecido na legislação específica.

Art. 52. Os subscritores de capital realizarão em moeda corrente, na data do ato societário que deliberar pelo funcionamento da entidade ou pelo aumento de capital, o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total subscrito, desde que o capital integralizado não seja inferior ao mínimo requerido.

Parágrafo único. A integralização do capital restante poderá ocorrer em até 12 (doze) meses, contados a partir da data de aprovação do ato.

CAPÍTULO VIII

DAS TRANSFERÊNCIAS DE CARTEIRAS DAS SUPERVISIONADAS

Art. 53. É permitida a transferência de carteira de seguros, de capitalização, de previdência complementar aberta e de carteira de resseguro entre entidades com atividade similar, observada regulamentação específica da Susep.

Parágrafo único. Para a operação de transferência de carteira de EAPC/SFL será exigida a aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade.

Art. 54. Na transferência de carteira serão preservados todos os direitos e obrigações oriundos dos contratos firmados pelos segurados, participantes de planos abertos de previdência complementar, subscritores e titulares de títulos de capitalização e cedentes em seu proveito e de seus beneficiários, quando for o caso.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 55. Fica a Susep autorizada a baixar normas complementares necessárias à execução das disposições desta Resolução, inclusive no que se refere a autorizações relacionadas à operação com microsseguros.

Art. 56. Os casos omissos serão deliberados pelo Conselho Diretor da Susep.



Art. 57. Esta Resolução revoga:

- I - a Resolução CNSP nº 19, de 20 de julho de 1978;
- II - a Resolução CNSP nº 1, de 06 de fevereiro de 1980;
- III - a Resolução CNSP nº 1, de 17 de fevereiro de 1981;
- IV - a Resolução CNSP nº 15, de 03 de dezembro de 1991;
- V - a Resolução CNSP nº 17, de 17 de julho de 1992;
- VI - a Resolução CNSP nº 23, de 17 de fevereiro de 2000;
- VII - a Resolução CNSP nº 53, de 3 de setembro de 2001;
- VIII - a Resolução CNSP nº 79, de 19 de agosto de 2002;
- IX - a Resolução CNSP nº 101, de 06 de janeiro de 2004;
- X - a Resolução CNSP nº 142, de 27 de dezembro de 2005;
- XI - a Resolução CNSP nº 160, de 26 de dezembro de 2006;
- XII - os arts. 3º a 6º da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007;
- XIII - os art. 7º e 21 da Resolução CNSP nº 173, de 17 de dezembro de 2007;
- XIV - a Resolução CNSP nº 220, de 06 de dezembro de 2010;
- XV - a Resolução CNSP nº 248, de 08 de dezembro de 2011;
- XVI - a Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015;
- XVII - a Resolução CNSP nº 373, de 8 de julho de 2019;
- XVIII - a Resolução CNSP nº 387, de 9 de junho de 2020; e
- XIX - o artigo 3º da Resolução CNSP nº 418, de 20 de julho de 2021.

Art. 58. Esta Resolução entra em vigor em 3 de janeiro de 2022.



RAFAEL PEREIRA SCHERRE

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Anexo II - CIRCULAR SUSEP 529 de 25.02.2106.pdf



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
CIRCULAR SUSEP N.º 529, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016.

Estabelece procedimentos relacionados com a instrução de processos de constituição, autorização para funcionamento, alterações de controle societário, reorganização societária, aquisição ou expansão de participação qualificada, instalação, alteração ou encerramento de dependências e representações, cancelamento da autorização para funcionamento, aumento e redução do capital social e modificação do estatuto social, em todas as suas espécies, das sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradoras locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPC).

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, no uso das competências que lhe foram delegadas nos termos da alínea “b” do art. 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966; do § 2.º do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 261, de 28 de fevereiro de 1967; e do parágrafo único do art. 3.º da Lei Complementar n.º 126, de 15 de janeiro de 2007; o disposto nos incisos I e IV do art. 38 da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001; e considerando o disposto no art. 9.º da Resolução CNSP n.º 330, de 9 de dezembro de 2015 e o que consta do processo SUSEP n.º 15414.000433/2016-46,

R E S O L V E:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º Ficam estabelecidos os procedimentos para instrução de processos de constituição, autorização para funcionamento, alterações de controle societário, reorganização societária, aquisição ou expansão de participação qualificada, instalação, alteração ou encerramento de dependências e representações, cancelamento da autorização para funcionamento, aumento e redução do capital social e modificação do estatuto social, em todas as suas espécies, das sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradoras locais e entidades abertas de previdência complementar.

Art. 2.º Os processos de que trata o art. 1.º devem ser instruídos com os documentos relacionados no Anexo desta Circular, de acordo com o assunto e a fase do processo.

CAPÍTULO II

DOS ATOS SUJEITOS A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA

Art. 3.º Os interessados na constituição, autorização para funcionamento, alteração de controle societário, reorganização societária, redução do capital social e cancelamento da autorização para funcionamento de sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradoras locais e entidades abertas de

previdência complementar devem protocolar requerimento de autorização prévia na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, direcionado à coordenação geral responsável por registros e autorizações, identificando o responsável pela condução do projeto perante a SUSEP.

Art. 4.º Os pedidos de autorização prévia para constituição ou autorização para funcionamento devem ser instruídos com os documentos 1 a 28 do Anexo desta Circular, no que couber.

Parágrafo único. Para fins desta Circular, também se considera:

I - Constituição: a transformação ou mudança de objeto social das quais resulte uma sociedade seguradora, de capitalização, resseguradora local ou entidade aberta de previdência complementar.

II - Autorização para funcionamento: a ampliação da área geográfica de atuação ou do objeto social.

Art. 5.º Os pedidos de autorização prévia para alteração de controle societário devem ser instruídos com os documentos 1, 2 e 9 a 29 do Anexo desta Circular.

Art. 6.º Os pedidos de autorização prévia para cisão, fusão ou incorporação de sociedade devem ser instruídos com os documentos 1, 2, 19 e 29 a 31 do Anexo desta Circular.

Art. 7.º Os pedidos de autorização prévia para redução do capital social devem ser instruídos com os documentos 1, 2 e 19 do Anexo desta Circular.

Art. 8.º Os pedidos de autorização prévia para cancelamento da autorização para funcionamento devem ser instruídos com os documentos 1, 2, 12 e 32 do Anexo desta Circular, no que couber.

Parágrafo único. Para fins desta Circular, também se considera cancelamento da autorização para funcionamento a redução da área geográfica de atuação ou do objeto social.

Art. 9.º Após o recebimento da autorização prévia, os interessados devem praticar os atos necessários à efetivação da operação, no prazo estabelecido no artigo 7º do Anexo I da Resolução CNSP n.º 330, de 2015.

Art. 10. Os pedidos de homologação dos atos de constituição ou de autorização para funcionamento devem ser instruídos com os documentos 1, 2 e 33 a 45 do Anexo desta Circular.

Art. 11. Os pedidos de homologação de alteração do controle societário devem ser instruídos com os documentos 1, 2, 33, 36, 40, 46 e 47 do Anexo desta Circular.

Art. 12. Os pedidos de homologação de cisão, fusão ou incorporação de sociedades devem ser instruídos com os documentos 1, 2, 33, 41 a 45 e 48 a 51 do Anexo desta Circular.

Art. 13. Os pedidos de homologação de redução do capital social devem ser instruídos com os documentos 1, 2, 33, 41 a 45, 51 e 52 do Anexo desta Circular.

Art. 14. Os pedidos de homologação do cancelamento da autorização para funcionamento devem ser instruídos com os documentos 1, 2, 33, 41 a 45 e 51 do Anexo desta Circular.

Art. 15. Após o exame dos documentos referidos nos arts. 4.º ao 8.º, a SUSEP designará data, horário e local para a realização da entrevista técnica prevista no artigo 6.º do Anexo I da Resolução CNSP n.º 330, de 2015.

§ 1.º Na entrevista técnica, integrantes do grupo de controle:

I - poderão ser inquiridos sobre quaisquer tópicos relacionados à proposta do empreendimento ou ao grupo pleiteante;

II - não poderão ser substituídos por procuradores ou por representantes.

§ 2.º No caso de constituição de sociedade no País a ser controlada por pessoa jurídica sediada no exterior, a SUSEP poderá admitir que o controlador ou os integrantes do grupo de controle se façam representar, na entrevista técnica, por procurador com poderes específicos e que detenha conhecimento necessário à entrevista, especialmente sobre o controlador, o grupo de controle da sociedade e detentores de participação qualificada.

§ 3.º A SUSEP poderá dispensar a realização de entrevista técnica, observado o disposto no § 3º do art. 6.º do Anexo I da Resolução CNSP n.º 330, de 2015.

Art. 16. Após a entrevista técnica, a SUSEP se manifestará sobre a adequação do projeto.

Parágrafo único. Na hipótese de o projeto ser considerado inadequado, os interessados serão comunicados do indeferimento do pedido e poderão, no prazo de trinta dias contados do recebimento da comunicação, recorrer da decisão.

Art. 17. No caso de indefinição de controle por participação societária, representada pela ausência de um único acionista com mais de cinquenta por cento do capital votante, os integrantes do grupo de controle devem apresentar à SUSEP minuta de acordo de acionistas ou quotistas envolvendo todos os níveis de participação societária, com a finalidade de definir o exercício do poder de controle, do qual deve constar cláusula de prevalência do referido acordo sobre qualquer outro não submetido à apreciação da SUSEP.

CAPÍTULO III

DOS ATOS NÃO SUJEITOS A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA

Art. 18. Os atos das sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradoras locais e entidades abertas de previdência complementar, relativos a aquisição ou expansão de participação qualificada, instalação, alteração ou encerramento de dependências e representações, aumento do capital social e modificação do estatuto social, em todas as suas espécies, devem ser protocolados na SUSEP, direcionados à coordenação-geral responsável por registros e autorizações.

Art. 19. Os pedidos de homologação dos atos de aquisição ou expansão de participação qualificada devem ser instruídos com os documentos 1, 2, 20 a 29, 33, 40, 47 e 53 do Anexo desta Circular.

Art. 20. Os pedidos de homologação dos atos de instalação, alteração ou encerramento de dependências e representações devem ser instruídos com os documentos 1, 2, 33 e 54 a 57 do Anexo desta Circular.

Art. 21. Os pedidos de homologação dos atos de aumento do capital social devem ser instruídos com os documentos 1, 2, 33, 37 a 45, 51, 52, 58 e 59 do Anexo desta Circular.

Art. 22. Os pedidos de homologação dos atos de modificação do estatuto social, em todas as suas espécies, devem ser instruídos com os documentos 1, 2, 33, 41 a 45, 51 e 60 do Anexo desta Circular.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Os atos de que tratam os arts. 10 a 14 e 19 a 22 desta Circular deverão ser submetidos à SUSEP, no prazo de trinta dias de sua realização, exceto no caso de liquidação ordinária, quando o prazo para submissão será de cinco dias da realização.

Art. 24. A SUSEP disponibilizará modelos de documentos para instrução dos processos de que trata esta Circular.

Art. 25. Toda documentação oriunda de outro país deverá ser devidamente consularizada, salvo documentos provenientes de países com os quais o Brasil tenha celebrado acordo internacional, e estar acompanhada, quando redigida em outro idioma, de tradução ao português, realizada por tradutor público juramentado, na forma da legislação vigente, ressalvada manifestação contrária e expressa da SUSEP.

Parágrafo único. A notarização deverá fazer referência à veracidade do documento e/ou à assinatura do responsável pela sua emissão.

Art. 26. A SUSEP, no exame dos pedidos formalizados pelas entidades de que trata o art. 1.º desta Circular, poderá solicitar quaisquer documentos e informações adicionais que julgar necessários.

Art. 27. Os dados cadastrais alterados em decorrência dos atos de que tratam os artigos 10 a 14 e 19 a 22 desta Circular devem ser informados à SUSEP, por meio do sistema FipSUSEP, a partir do mês da realização do ato.

Art. 28. Os processos de que trata esta Circular poderão ser arquivados quando não forem atendidas solicitações de apresentação de documentos adicionais, de prestação de informações, de comparecimento para a realização de entrevistas ou outras solicitações relacionadas ao processo, no prazo assinalado pela SUSEP.

Art. 29. A declaração de propósito de que trata o item 12 do Anexo desta Circular deverá ser publicada, em duas datas, em jornal de grande circulação nas localidades da sede da entidade e da sede ou domicílio dos acionistas controladores.

§ 1.º No caso de constituição de sociedade, a publicação deverá ocorrer no local da sede da futura entidade e no local da sede ou domicílio dos prospectivos controladores.

§ 2.º No caso de alteração de controle, a publicação deverá ocorrer no local da sede da entidade cujo controle se pretende alterar e no local da sede ou domicílio dos prospectivos e dos atuais controladores.

Art. 30. Esta Circular entra em vigor em 1.º de março de 2016, aplicando-se aos processos que se iniciarem a partir dessa data.

Art. 31. Fica revogada a Circular Susep n.º 298, de 2005.

DANILO CLAUDIO DA SILVA
Superintendente Substituto

ANEXO

- 1 - Requerimento subscrito por representante do grupo organizador, no caso de sociedade em constituição, ou por administradores cuja representatividade seja reconhecida pelo estatuto social, no caso de entidade em funcionamento.
- 2 - Relação dos documentos encaminhados (*checklist*).
- 3 - Identificação dos integrantes do grupo organizador.
- 4 - Laudo de avaliação do patrimônio da EAPC em transformação.
- 5 - Parcela do ativo da EAPC em transformação representativa do patrimônio social, quando houver.
- 6 - Avaliação atuarial das provisões técnicas da EAPC em transformação.
- 7 - Demonstrativo da insuficiência patrimonial da EAPC em transformação e a sua forma de cobertura, quando for o caso.
- 8 - Memória de cálculo do critério de rateio do patrimônio social entre os associados, para fins da distribuição das ações resultantes da transformação da EAPC sem fins lucrativos em sociedade por ações.
- 9 - Organograma completo do grupo econômico, contendo a identificação de todas as pessoas jurídicas com o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou, caso estrangeira, com o nome do país onde se localiza a sede e respectivos percentuais de capital votante e total detidos ou declaração de que a entidade não pertence a um grupo econômico.
- 10 - Indicação da forma pela qual o controle societário da entidade será exercido.
- 11 - Identificação da origem dos recursos a serem utilizados na operação.
- 12 - Folhas completas de exemplar dos jornais em que foi publicada a declaração de propósito.
- 13 - Demonstrações financeiras dos dois últimos exercícios das pessoas jurídicas prospectivas controladoras diretas ou indiretas, exceto quando se tratar de entidade autorizada a funcionar pela SUSEP, auditado por auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários CVM) ou documento equivalente, no caso de pessoa jurídica sediada no exterior.
- 14 - Declarações de Ajuste Anual de Imposto de Renda – Pessoa Física, das pessoas físicas prospectivas controladoras diretas ou indiretas, referentes aos dois últimos exercícios, com comprovante de encaminhamento à Secretaria da Receita Federal do Brasil ou documento equivalente, no caso de residente no exterior, que evidencie a renda anual auferida e listagem dos bens, direitos e ônus da pessoa física, com o respectivo valor.
- 15 - Minuta de acordo de acionistas ou quotistas envolvendo todos os níveis de participação societária, do qual deve constar cláusula de prevalência sobre qualquer outro não submetido à apreciação da SUSEP ou declaração de sua inexistência.
- 16 - Contrato de usufruto relativo às participações societárias dos prospectivos controladores envolvendo todos os níveis de participação societária ou declaração de sua inexistência.
- 17 - Indicação de outros investimentos mantidos no Brasil ou realizados com outras empresas brasileiras pelos prospectivos controladores diretos e indiretos ou declaração da inexistência de tais investimentos.

- 18 - Comprovante de regularidade do auditor independente na CVM.
- 19 - Plano de negócios, na forma definida pela SUSEP, ou resumo das alterações decorrentes da autorização pretendida.
- 20 - Identificação dos integrantes do grupo de controle e dos detentores de participação qualificada, com as respectivas participações societárias.
- 21 - Formulário cadastral.
- 22 - Declaração de que trata o inciso III do art. 5.º do Anexo I da Resolução n.º 330, de 2015.
- 23 - Autorização firmada pelos acionistas controladores e detentores de participação qualificada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, para fornecimento à SUSEP das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda – Pessoa Física ou das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, conforme o caso, relativas aos dois últimos exercícios, para uso exclusivo no respectivo processo de autorização.
- 24 - Autorização firmada pelos acionistas controladores e detentores de participação qualificada à SUSEP, para acesso a informações a seu respeito em qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, inclusive processos e procedimentos judiciais ou administrativos e inquéritos policiais, para uso exclusivo no respectivo processo de autorização.
- 25 – Organograma do prospectivo controlador e mapa da composição do seu capital e das pessoas jurídicas que dele participam direta ou indiretamente.
- 26 - Atos constitutivos dos prospectivos controladores diretos e indiretos.
- 27 - Não objeção da autoridade supervisora estrangeira, quando se tratar de pessoa residente ou sediada no exterior.
- 28 - Demonstrativo de suficiência de capital, no caso de entidade sujeita a requisito de capital mínimo.
- 29 - Demonstrativo da fundamentação econômica do ágio ou deságio.
- 30 - Simulação do balanço patrimonial das entidades envolvidas, antes e depois da cisão, fusão ou incorporação.
- 31 - Organogramas completos dos grupos econômicos envolvidos, antes e depois da cisão, fusão ou incorporação.
- 32 - Declaração de que foram liquidadas todas as operações passivas privativas da entidade ou carteira cujo cancelamento da autorização de funcionamento seja pretendida ou informações sobre as providências que serão adotadas em relação a eventuais obrigações privativas de entidade supervisionada pela SUSEP, pendentes de liquidação.
- 33 - Declaração dos processos de atos societários em apreciação na SUSEP.
- 34 - Comprovante do depósito bancário da importância relativa à integralização do capital social inicial, na forma da legislação vigente.
- 35 - Comunicação aos associados da EAPC em transformação, nos termos do parágrafo único do artigo 3.º e do artigo 4.º da Resolução CNSP n.º 142, de 2005.

36 - Acordo de acionistas ou quotistas envolvendo todos os níveis de participação societária, do qual deve constar cláusula de prevalência sobre qualquer outro não submetido à apreciação da SUSEP ou declaração de sua inexistência.

37 - Lista ou boletim de subscrição.

38 - Comprovante do registro da emissão de ações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando se tratar de sociedade constituída por subscrição pública ou de transformação em companhia aberta.

39 - Laudos de avaliação dos bens, em conformidade com o disposto no artigo 8.º da Lei n.º 6.404, de 1976.

40 - Comprovação da origem e respectiva movimentação financeira dos recursos utilizados na operação.

41 - Lista de acionistas, associados ou conselheiros presentes ao ato, com declaração de que, em caso de representados, foram observadas as normas estabelecidas no art. 126 e seus parágrafos da Lei n.º 6.404, de 1976.

42 - Relação completa dos acionistas, associados ou conselheiros na data da realização do ato. No caso de acionistas, devem ser informados aqueles que detenham quinze por cento ou mais do capital social, totalizando-se o número de ações representativas do capital social, com a expressão “demais acionistas”.

43 - Prova de convocação para o conclave, na forma da lei.

44 - Ata do conclave.

45 - Declaração de que foram fielmente observadas as disposições legais atinentes ao quórum de instalação e de deliberação da assembleia ou reunião realizada.

46 - Contrato de compra e venda ou instrumento equivalente, do qual deve constar cláusula estipulando que a concretização do negócio está condicionada à sua aprovação pela SUSEP.

47 - Termo de transferência de ações ou da alteração contratual que evidencie a transferência de quotas.

48 - Atos societários das entidades envolvidas, que deliberaram sobre a fusão, cisão ou incorporação.

49 - Ata da assembleia dos debenturistas que aprovou a fusão, cisão ou incorporação ou documento comprobatório de que os direitos dos debenturistas foram assegurados, quando envolvida sociedade emissora de debêntures em circulação.

50 - Protocolo e justificação e os laudos de avaliação dos peritos nomeados, caso não tenham sido transcritos nos atos societários.

51 - Comprovante de arquivamento na repartição competente e publicação da última alteração do estatuto social homologada pela SUSEP.

52 - Organograma da entidade, antes e após a modificação do capital social, contendo o percentual de ações de cada acionista, até o mínimo de quinze por cento do capital social, totalizando-se o percentual de ações do capital com a expressão “demais acionistas”, e destacando-se a participação de estrangeiros, se houver. No caso de acionista pessoa jurídica, também deverão ser informados seus acionistas, até o nível de pessoa física, quando possível.

53 - Organograma da entidade, antes e após a aquisição ou expansão de participação qualificada, contendo o percentual de ações de cada acionista, até o mínimo de quinze por cento do capital social, totalizando-se o percentual de ações do capital com a expressão “demais acionistas”, e destacando-se a

participação de estrangeiros, se houver. No caso de acionista pessoa jurídica, também deverão ser informados seus acionistas, até o nível de pessoa física, quando possível.

54 - Declaração de atendimento das alíneas “a” a “g” do artigo 1.º da Resolução CNSP n.º 17, de 1992.

55 - Anexo I ou II da Resolução CNSP n.º 17, de 1992, conforme o caso.

56 - Resumo das exigências da legislação estrangeira relativa à autorização pretendida, no caso de pedido para instalação de dependência no exterior.

57 - Declaração de inexistência de riscos em vigor ou responsabilidades a liquidar, na Unidade da Federação em que a única dependência da entidade foi extinta ou comprovação da constituição de representante, nos termos do subitem 2.4 da Resolução CNSP n.º 19, de 1978.

58 - Comprovante do depósito da importância relativa à integralização do aumento do capital social, em conta corrente bancária mantida pela entidade.

59 - Publicação de aviso aos acionistas para o exercício do direito de preferência.

60 - Quadro comparativo entre o estatuto social alterado no ato cuja homologação se pretende e o último anteriormente submetido à SUSEP.

**Anexo III - CIRCULAR SUSEP Nº 621, DE 12 DE
FEVEREIRO DE 2021 - CIRCULAR SUSEP Nº 621, DE 12
DE FEVEREIRO DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional.pdf**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 17/02/2021 | Edição: 31 | Seção: 1 | Página: 70

Órgão: Ministério da Economia/Superintendência de Seguros Privados

CIRCULAR SUSEP Nº 621, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 36, alíneas "b" e "c", do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo Susep nº 15414.608996/2018-49, resolve:

Art. 1º Dispor sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos.

§ 1º As disposições desta Circular também se aplicam, no que couber, aos planos de seguros de danos comercializados por meio de bilhete.

§ 2º As disposições desta Circular se aplicam facultativamente aos contratos de seguros de danos para coberturas de grandes riscos, na forma definida em regulamentação específica, não sendo vedada a aquisição de produtos regidos por esta Circular por contratantes de coberturas de grandes riscos.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º Para fins desta Circular, define-se:

I - condições contratuais: conjunto de disposições que regem a contratação de um mesmo plano de seguro;

II - prêmio periódico: valor a ser pago para a garantia do risco, com qualquer periodicidade compatível com as suas características e com a vigência da cobertura, conforme opção especificada na proposta ou no bilhete; e

III - prêmio único: valor a ser pago para a garantia do risco, calculado para a vigência integral da apólice, podendo ser pago à vista ou parcelado.

Art. 3º As peças promocionais e de publicidade deverão ser divulgadas sob supervisão da sociedade seguradora, respeitadas rigorosamente as condições contratuais e a regulamentação de práticas de conduta no que se refere ao relacionamento com o cliente.

Parágrafo único. A sociedade seguradora se responsabiliza pelas informações contidas na publicidade do produto que vier a ser veiculada, assegurando aos segurados todos os direitos e condições ali elencados, bem como pela transparência de todo o processo.

Art. 4º Além das disposições desta Circular, as operações das coberturas de seguros de danos deverão observar a legislação e a regulamentação específica em vigor, aplicáveis a cada matéria.

Parágrafo único. As sociedades seguradoras são responsáveis pelas cláusulas constantes em seus produtos, que devem estar em conformidade com a legislação vigente.

Art. 5º Da proposta de seguro e das condições contratuais do plano deverão constar, observadas as demais exigências previstas na regulamentação vigente, as seguintes informações:

I - a aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco;

II - o registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep; e



III - o segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico www.susep.gov.br.

§ 1º A informação contida no inciso I deste artigo não se aplica a seguros contratados por bilhete.

§ 2º A informação contida no inciso II deste artigo deverá ser inserida, necessariamente, em todo e qualquer material de comercialização e publicidade utilizado.

Art. 6º As sociedades seguradoras são responsáveis direta ou indiretamente pelas informações e serviços prestados por seus intermediários e todos aqueles que comercializarem seus produtos.

Art. 7º As condições contratuais do seguro deverão estar à disposição do proponente previamente à emissão do bilhete ou à assinatura da respectiva proposta, devendo, neste último caso, o proponente, seu representante legal ou corretor de seguros assinar declaração, que poderá constar da própria proposta, de que tomou ciência das referidas condições contratuais.

Art. 8º A sociedade seguradora deverá disponibilizar as condições contratuais por meio físico ou remoto, por ocasião da emissão da apólice, bilhete ou certificado individual do seguro.

Art. 9º As condições contratuais dos planos de seguro, assim como suas eventuais alterações, deverão ser registradas eletronicamente na Susep previamente à sua comercialização.

§ 1º É opcional a estruturação de planos de seguros com condições especiais e/ou particulares.

§ 2º Caberá às sociedades seguradoras incorporar em seus planos as alterações decorrentes de normativos que entrem em vigor após o registro eletrônico do produto na Susep.

Art. 10. Qualquer alteração no contrato de seguro em vigor somente poderá ser realizada com a concordância expressa do segurado ou de seu representante legal.

Art. 11. As condições contratuais deverão ter ordenamento lógico e ser expressas em linguagem clara, objetiva e de fácil entendimento, bem como deverão apresentar, com destaque, as obrigações e/ou restrições de direito do segurado.

Parágrafo único. O nome fantasia dos planos de seguros comercializados, se utilizado, não deverá induzir os segurados em erro quanto à abrangência das coberturas oferecidas.

Art. 12. A nota técnica atuarial do plano de seguro deve conter sua estruturação técnica e manter estreita relação com as condições contratuais.

Parágrafo único. A nota técnica atuarial do plano de seguro será apresentada à Susep quando solicitado ou quando previsto em regulamentação específica.

CAPÍTULO II

INFORMAÇÕES PARA AVALIAÇÃO DE RISCO

Art. 13. As sociedades seguradoras que utilizarem critérios baseados em questionário de avaliação de risco no cálculo dos prêmios deverão fornecer, de forma objetiva, todos os esclarecimentos necessários para o seu correto preenchimento, bem como especificar todas as implicações, no caso de informações inverídicas devidamente comprovadas.

CAPÍTULO III

ELEMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS NAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS DO SEGURO

Objetivo do Seguro

Art. 14. A cláusula de objetivo do seguro deverá estabelecer o compromisso assumido pela sociedade seguradora perante o segurado quanto às coberturas oferecidas, especificando com clareza quais são os prejuízos indenizáveis.

Definições

Art. 15. As condições contratuais deverão apresentar glossário, em linguagem clara e de fácil entendimento, com a definição dos termos técnicos e estrangeirismos utilizados.

Forma de contratação



Art. 16. Deverá ser especificada e definida a forma de contratação de cada cobertura oferecida, podendo ser a risco total, risco absoluto ou risco relativo, observada a regulamentação específica de cada ramo de seguro.

§ 1º Nos seguros contratados a risco total, deverá ser estabelecido que o seguro de um interesse por menos do que valha acarreta a redução proporcional da indenização.

§ 2º Nos seguros contratados a risco relativo, deverá ser informado o critério de rateio dos prejuízos indenizáveis em caso de sinistro, devendo ser especificado se o valor em risco apurado (VRA) será calculado com base no valor de novo ou no valor atual do bem.

Âmbito geográfico

Art. 17. Considera-se como âmbito geográfico das coberturas todo o território nacional, salvo disposição em contrário, que deverá constar das condições contratuais.

Coberturas

Art. 18. As condições contratuais deverão apresentar as disposições de todas as coberturas incluídas no plano de seguro, com a especificação dos riscos cobertos, dos riscos excluídos e, quando for o caso, dos bens e interesses não compreendidos no seguro.

§ 1º As cláusulas que tratem dos bens e interesses não compreendidos e dos riscos excluídos deverão ser inseridas imediatamente após a descrição dos riscos cobertos.

§ 2º É permitida a estruturação de plano de seguro com cobertura para quaisquer eventos, na forma all risks (todos os riscos), com exceção dos riscos expressamente excluídos.

Art. 19. As condições contratuais poderão prever coberturas relativas a diferentes ramos de seguros, observadas as regulamentações específicas de cada ramo e a regulamentação contábil vigente.

Parágrafo único. A sociedade seguradora deverá possuir autorização para operar em todos os ramos relativos às coberturas previstas nas condições contratuais.

Art. 20. Nos planos de seguro que conjuguem mais de uma cobertura, a sociedade seguradora deverá informar, em destaque, se as coberturas poderão ser contratadas isoladamente.



Art. 21. Para as coberturas em que a indenização se dê por meio de prestação de serviços, poderá ser prevista, nas condições contratuais, livre escolha dos prestadores de serviços pelo segurado e/ou indicação de rede referenciada pela sociedade seguradora.

Parágrafo único. Quando prevista cobertura cuja forma de indenização seja prestação de serviços exclusivamente por meio de rede referenciada, sem a previsão de reembolso de despesas, a cláusula referente à cobertura deverá ser redigida de forma clara e em destaque, de modo a evidenciar suas limitações quanto à escolha do prestador.

Riscos excluídos

Art. 22. Cada risco excluído deve referir-se a evento definido e preciso, sendo proibidas generalidades que não permitam a identificação de situações concretas.

Art. 23. É vedado constar no rol de riscos excluídos do seguro eventos decorrentes de atos praticados pelo segurado em estado de insanidade mental, de embriaguez ou sob efeito de substâncias tóxicas.

Parágrafo único. O estado de insanidade mental, a embriaguez e o uso de substâncias tóxicas pelo segurado podem ser consideradas como causas de agravamento de risco suscetível de levar à perda da cobertura, desde que a sociedade seguradora demonstre no caso concreto que tais situações tenham sido determinantes para a ocorrência do sinistro.

Aceitação

Art. 24. Deverá constar das condições contratuais do seguro cláusula de aceitação do risco e o prazo que a sociedade seguradora dispõe para manifestar-se sobre a proposta, nos termos da regulamentação específica, exceto para os seguros contratados por bilhete.

Vigência e renovação

Art. 25. Deverá ser estabelecido o critério de fixação do início e término de vigência das coberturas, nos termos da regulamentação específica.

Art. 26. Deverão ser especificados os procedimentos para renovação do seguro, quando for o caso.

§ 1º A renovação automática do seguro só poderá ser feita uma única vez e pelo mesmo prazo, devendo as renovações posteriores serem feitas, obrigatoriamente, de forma expressa.

§ 2º Caso a sociedade seguradora não tenha interesse em renovar a apólice, deverá comunicar aos segurados e, no caso de apólice coletiva, ao estipulante mediante aviso prévio de, no mínimo, trinta dias que antecedam o final de vigência da apólice, quando aplicável.

§ 3º No caso de não renovação da apólice coletiva, as coberturas do certificado individual permanecerão em vigor pelo período correspondente aos prêmios já pagos.

Concorrência de apólices e bilhetes

Art. 27. Nas condições contratuais do seguro deverá constar cláusula de concorrência de apólices e bilhetes de seguros com especificação dos critérios para determinação da responsabilidade proporcional de cada apólice e/ou bilhete de seguro em caso de sinistro.

Parágrafo único. A cláusula de que trata o caput não se aplica a apólices e/ou bilhetes que cubram riscos na forma cumulativa e/ou em excesso.

Franquias, participações obrigatórias do segurado e carências

Art. 28. Quando forem aplicáveis, as franquias, participações obrigatórias do segurado e/ou carências deverão ter seus critérios previstos nas condições contratuais do plano, observada a regulamentação específica de cada ramo de seguro.

§ 1º As sociedades seguradoras poderão prever a aplicação de mais de um tipo de franquia em um mesmo sinistro, especificando nas condições contratuais a sua ordem de aplicação.

§ 2º Fica vedada a aplicação de mais de uma franquia do mesmo tipo para a mesma cobertura, na mesma sociedade seguradora.

§ 3º As informações de que trata este artigo deverão constar, se for o caso, em destaque nas condições contratuais, proposta, apólice, bilhete e certificado individual.

Atualização e alteração de valores

Art. 29. Deverão ser especificados os critérios de atualização e alteração dos valores relativos às operações de seguros, conforme regulamentação específica.

Pagamento de prêmios

Art. 30. As condições contratuais deverão prever as formas e os critérios de custeio do plano de seguro e as possíveis periodicidades de pagamento de prêmios pelos segurados e/ou pelos estipulantes.

Art. 31. Qualquer que seja a forma de pagamento adotada, a sociedade seguradora ficará obrigada a manter registro das datas das operações realizadas e garantir a identificação do segurado e do contrato de seguro correspondente pelo prazo indicado em regulamentação específica.

Art. 32. O prêmio de seguro poderá ser único, periódico ou possuir outra estruturação prevista nas condições contratuais.

§ 1º O prêmio único pode ser fracionado, caso em que não é permitida a cobrança de quaisquer valores adicionais a título de custo administrativo de fracionamento.

§ 2º No caso de apólices ou de bilhetes de seguro que possuam coberturas intermitentes, os prêmios poderão ser pagos em função da sua utilização.

Art. 33. As condições contratuais deverão dispor sobre as consequências da falta de pagamento do prêmio e sobre a comunicação prévia ao segurado, pela sociedade seguradora, antes de eventual cancelamento do seguro.



Art. 34. Quando o prêmio for periódico, caso o pagamento não seja efetuado no prazo estipulado, a sociedade seguradora poderá cancelar o seguro ou, alternativamente, de forma isolada ou combinada:

I - garantir a cobertura dos sinistros ocorridos durante o período de inadimplência, podendo haver a cobrança do prêmio devido ou, quando for o caso, seu abatimento do valor da indenização; ou

II - suspender a cobertura durante o período de inadimplência, sendo vedada a cobrança dos prêmios referentes a este período.

Parágrafo único. Deverão ser especificados nas condições contratuais o prazo de tolerância e/ou de suspensão de que tratam, respectivamente, os incisos I e II deste artigo.

Art. 35. No caso da suspensão prevista no inciso II do art. 34, as condições contratuais poderão prever a reabilitação da apólice, do certificado individual ou do bilhete em função da retomada do pagamento do prêmio, devendo ser estabelecido o critério para determinação do momento exato da reabilitação.

Art. 36. No caso de fracionamento do prêmio único, configurada a falta de pagamento de qualquer uma das parcelas subsequentes à primeira, o prazo de vigência da cobertura será ajustado de forma proporcional ao prêmio efetivamente pago.

§ 1º As condições contratuais poderão estabelecer critério diverso do previsto no caput para o caso de falta de pagamento de qualquer uma das parcelas subsequentes à primeira, desde que leve em consideração o prêmio já pago.

§ 2º A sociedade seguradora deverá informar tempestivamente ao segurado ou ao seu representante legal, por meio de comunicação por escrito ou por qualquer meio que se possa comprovar nas formas previstas na regulamentação em vigor, as alterações ocorridas no contrato em função da falta de pagamento, observado o critério previamente definido nas condições contratuais.

Art. 37. No caso de fracionamento de prêmio único, quando o pagamento da indenização acarretar o cancelamento do seguro, as parcelas vincendas do prêmio poderão ser deduzidas do valor da indenização, excluídos os juros do fracionamento.

Parágrafo único. Caso a indenização de que trata o caput seja feita mediante a reposição do bem, as parcelas vincendas do prêmio permanecem devidas.

Art. 38. Fica vedado o cancelamento do seguro cujo prêmio tenha sido pago à vista, mediante financiamento obtido junto a instituições financeiras, nos casos em que o segurado deixar de pagar o financiamento.

Indenização

Art. 39. Deverá constar nas condições contratuais cláusula que estabeleça que correrão obrigatoriamente por conta da sociedade seguradora, até os limites máximos de indenização estabelecidos:

I - as despesas de salvamento comprovadamente efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de um sinistro; e

II - os valores referentes aos danos patrimoniais comprovadamente causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

Parágrafo único. Poderá ser oferecida cobertura específica exclusivamente para cobrir as despesas de salvamento e os valores referentes aos danos patrimoniais de que trata o inciso II deste artigo.

Art. 40. Deverá ser incluída nas condições contratuais cláusula que disponha sobre os critérios utilizados para a apuração dos prejuízos.

§ 1º Quando o plano de seguro oferecer cobertura para bens, deverá ser informado se a apuração será realizada com base no valor de novo ou no valor atual do bem, sem prejuízo de combinação de critérios em diferentes períodos.

§ 2º Para apuração dos prejuízos com base no valor atual do bem, os critérios de depreciação devem ser especificados quando da contratação do seguro ou de sua renovação.



§ 3º Quando forem utilizados valores de referência para a quantificação da indenização, deverão ser informadas a fonte e a data para sua apuração.

Comunicação, regulação e liquidação de sinistros

Art. 41. Deverão ser informados os procedimentos para comunicação, regulação e liquidação de sinistros, incluindo a listagem dos documentos básicos previstos a serem apresentados para cada cobertura, facultando-se às sociedades seguradoras, no caso de dúvida fundada e justificável expressamente informada ao segurado, a solicitação de outros documentos.

Art. 42. É vedada a inclusão de cláusula que fixe prazo máximo para a comunicação de sinistro.

Art. 43. Deverá ser estabelecido prazo para a liquidação dos sinistros, limitado a trinta dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos previstos no art. 41.

§ 1º Deverá ser estabelecido que, no caso de solicitação de documentação complementar, na forma prevista no art. 41, o prazo de que trata o caput será suspenso, voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem atendidas as exigências.

§ 2º Deverá ser estabelecido que o não pagamento da indenização no prazo previsto no caput implicará aplicação de juros de mora a partir daquela data, sem prejuízo de sua atualização, nos termos da legislação específica.

Art. 44. A sociedade seguradora poderá exigir atestados ou certidões de autoridades competentes, bem como o resultado ou cópia da certidão de abertura de inquéritos ou processos instaurados em virtude do fato que produziu o sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo previsto no art. 43.

Art. 45. No caso de reembolso de despesas efetuadas no exterior, deverão ser aceitos para liquidação de sinistro os documentos na língua do país de origem do gasto.

Art. 46. Caso o processo de regulação de sinistros conclua que a indenização não é devida, o segurado deverá ser comunicado formalmente, com a justificativa para o não pagamento, dentro do prazo previsto no art. 43.

Art. 47. As condições contratuais poderão admitir, para fins de indenização, preferencialmente, as hipóteses de pagamento em dinheiro, reposição ou reparo do bem ou prestação de serviços, sem prejuízo de outras formas pactuadas mediante acordo entre as partes.

§ 1º Na impossibilidade de reposição do bem segurado à época da liquidação, dentro do prazo previsto no art. 43, a indenização deverá ser paga em dinheiro ou conforme pactuado entre as partes.

§ 2º Em caso de reparo do bem, a regulação do sinistro deverá ser concluída no prazo previsto no art. 43 e o prazo para liquidação do sinistro poderá ser estendido, de acordo com o previsto nas condições contratuais.

§ 3º Caso seja verificada a impossibilidade de reparo do bem, mesmo após a extensão do prazo para liquidação do sinistro prevista no §2º deste artigo, a indenização deverá ser paga em dinheiro ou conforme pactuado entre as partes.

Reintegração

Art. 48. Deverá ser incluída cláusula que especifique se o limite máximo de garantia poderá ser reintegrado quando da ocorrência do sinistro.

Parágrafo único. A reintegração poderá ser facultativa, mediante eventual cobrança de prêmio adicional, calculado a partir da data da ocorrência do sinistro até o término de vigência do contrato, ou automática, observada a regulamentação específica de cada ramo de seguro.

Perda de direitos

Art. 49. Deverá constar das condições contratuais cláusula específica prevendo que o segurado perderá o direito à indenização se agravar intencionalmente o risco.

Art. 50. Deverá constar das condições contratuais que, se o segurado, por si ou por seu representante, fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou no valor do prêmio, perderá o direito à indenização, além de estar o segurado obrigado ao



pagamento do prêmio vencido.

Parágrafo único. Se a inexatidão ou a omissão nas declarações não resultar de má-fé do segurado, a sociedade seguradora deverá:

I - na hipótese de não ocorrência de sinistro:

a) cancelar o seguro, podendo reter do prêmio originalmente pactuado a parcela proporcional ao tempo decorrido; ou

b) mediante acordo entre as partes, permitir a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença de prêmio cabível e/ou restringir termos e condições da cobertura contratada.

II - na hipótese de ocorrência de sinistro sem indenização integral:

a) após o pagamento da indenização, cancelar o seguro, podendo reter do prêmio originalmente pactuado a parcela calculada proporcionalmente ao tempo decorrido, acrescido da diferença cabível; ou

b) permitir a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença de prêmio cabível ou deduzi-la do valor a ser indenizado, e/ou restringir termos e condições da cobertura contratada.

III - na hipótese de ocorrência de sinistro com indenização integral: após o pagamento da indenização, cancelar o seguro, podendo deduzir do valor a ser indenizado a diferença de prêmio cabível.

Art. 51. Deverá constar das condições contratuais que o segurado está obrigado a comunicar à sociedade seguradora, logo que saiba, qualquer fato suscetível de agravar consideravelmente o risco coberto, sob pena de perder o direito à indenização se ficar comprovado, pela sociedade seguradora, que silenciou de má-fé.

§ 1º A sociedade seguradora, desde que o faça nos quinze dias seguintes ao recebimento do aviso de agravação do risco pelo segurado, poderá, mediante comunicação formal:

I - cancelar o seguro;

II - restringir a cobertura contratada, mediante acordo entre as partes; ou

III - cobrar a diferença de prêmio cabível, mediante acordo entre as partes.

§ 2º O cancelamento do seguro só será eficaz trinta dias após a notificação ao segurado, devendo ser restituída a diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

§ 3º Na hipótese de continuidade do seguro, a sociedade seguradora poderá cobrar a diferença de prêmio cabível.

Art. 52. Deverá constar das condições contratuais que o segurado, sob pena de perder o direito à indenização, comunicará o sinistro à sociedade seguradora tão logo tome conhecimento e adotará as providências imediatas para minorar suas consequências.

Informações adicionais

Art. 53. Deverão ser estabelecidos critérios objetivos para o cancelamento, a cessação, a suspensão e a reabilitação de coberturas, quando for o caso.

Art. 54. Deverá ser incluída cláusula de rescisão contratual, observadas as normas específicas de cada ramo de seguro.

§ 1º No caso de rescisão do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa de quaisquer das partes contratantes e com a concordância recíproca, a sociedade seguradora poderá reter do prêmio recebido a parte proporcional ao tempo decorrido.

§ 2º Para os casos em que o critério previsto no §1º deste artigo não for aplicável devido à característica do risco coberto, a cláusula de rescisão contratual deverá descrever o critério para a definição do valor do prêmio que será retido pela sociedade seguradora, o qual deverá ser compatível com o risco efetivamente coberto pelo seguro até a data da rescisão contratual.

§ 3º As condições contratuais poderão estabelecer critério diverso do previsto nos §1º e §2º deste artigo em caso de rescisão por iniciativa do segurado, desde que leve em consideração o prêmio já pago.



Art. 55. Deverá ser estabelecido que as questões judiciais entre o segurado e a sociedade seguradora serão processadas no foro do domicílio do segurado ou beneficiário, conforme o caso.

Art. 56. Deverá ser incluída cláusula que estabeleça o beneficiário do seguro, quando couber.

Art. 57. Deverá ser incluída cláusula de sub-rogação, quando couber.

Art. 58. Em caso de inclusão de cláusula dispondo sobre violação de leis ou normas de embargos ou sanções econômicas ou comerciais, deverá ser observado que as situações de perda de direitos, riscos excluídos ou suspensão do pagamento da indenização, quaisquer que sejam, inclusive quando decorrentes de embargos e sanções aplicados por organismos internacionais, devem estar descritas de forma clara e objetiva, em destaque, não podendo conter referências genéricas.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59. O registro eletrônico de produtos de que trata o art. 9º poderá ser substituído por outro mecanismo que permita o acesso da Susep aos produtos comercializados, conforme regulamentação específica.

Art. 60. Os planos de seguros de danos registrados na Susep antes do início de vigência desta Circular, e que não estejam em conformidade com suas disposições, deverão ser adaptados à presente norma em até cento e oitenta dias após sua entrada em vigor, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 61. Os planos de seguro registrados na Susep a partir do início de vigência desta Circular deverão obedecer aos critérios nela definidos.

Art. 62. A Susep poderá, no exercício de suas competências legais, analisar e supervisionar os documentos relacionados aos contratos de seguros de danos, podendo inclusive determinar, se necessário e de forma fundamentada, alterações e suspensão dos planos de seguro.

Art. 63. Ficam revogadas:

I - a Circular Susep nº 168, de 31 de outubro de 2001;

II - a Circular Susep nº 239, de 22 de dezembro de 2003;

III - a Circular Susep nº 256, de 16 de junho de 2004;

IV - a Circular Susep nº 265, de 16 de agosto de 2004;

V - a Circular Susep nº 270, de 13 de outubro de 2004;

VI - a Circular Susep nº 278, de 6 de dezembro de 2004;

VII - a Circular Susep nº 369, de 1º de julho de 2008;

VIII - a Circular Susep nº 458, de 19 de dezembro de 2012;

IX - a Carta Circular Susep/DETEC - 5, de 15 de outubro de 2004;

X - a Carta Circular SUSEP/DETEC/GAB/nº 05/2008, de 23 de maio de 2008;

XI - Carta Circular SUSEP/ DETEC/ GAB/ Nº 07, de 13 de outubro de 2008; e

XII - os art. 7º ao art. 14 da Circular Susep nº 535, de 28 de abril de 2016.

Art. 64. Esta Circular entra em vigor em 1º de março de 2021.

SOLANGE PAIVA VIEIRA



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

**Anexo IV - CIRCULAR SUSEP Nº 639, DE 9 DE AGOSTO
DE 2021 - CIRCULAR SUSEP Nº 639, DE 9 DE AGOSTO
DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional.pdf**

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 13/08/2021 | Edição: 153 | Seção: 1 | Página: 22

Órgão: Ministério da Economia/Superintendência de Seguros Privados

CIRCULAR SUSEP Nº 639, DE 9 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre as regras e os critérios para operação de seguros do grupo automóvel.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe conferem as alíneas "b" e "c" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.618838/2020-11, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Dispor sobre as regras e os critérios para operação de seguros do grupo automóvel.

Parágrafo único. Esta Circular não se aplica ao seguro de responsabilidade civil do proprietário e/ou condutor de veículos terrestres da categoria de automóvel de passeio, particular ou de aluguel, matriculados e/ou registrados no Brasil, que ingressarem, em viagem internacional, em países membros do Mercosul (seguro Carta Verde); ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (seguro DPVAT); e ao seguro garantia estendida - auto, que possuem regulamentação específica.

Art. 2º Além das disposições desta Circular, as operações relativas aos seguros do grupo automóvel deverão observar a legislação e regulamentação em vigor, em especial aquelas aplicáveis aos seguros de danos, quando não conflitarem com a presente norma.



Parágrafo único. Deverão ser observados, quando for o caso, os dispositivos da regulamentação específica de coberturas que sejam típicas de outros grupos de ramos.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Estruturação de coberturas

Art. 3º As coberturas de casco no seguro de automóvel podem abranger, de forma isolada ou combinada, diferentes riscos a que esteja sujeito o veículo segurado.

Art. 4º As coberturas de casco poderão ser oferecidas nas modalidades de valor de mercado referenciado, de valor determinado e/ou com outro critério objetivo e transparente para determinação do limite máximo de indenização (LMI) na data da ocorrência do sinistro.

§ 1º A modalidade valor de mercado referenciado garante ao segurado, no caso de indenização integral, o pagamento de quantia variável, em moeda corrente nacional, determinada de acordo com tabela de referência expressamente indicada na proposta do seguro, conjugada com fator de ajuste, em percentual acordado entre as partes e estabelecido na proposta, a ser aplicado sobre o valor de cotação do veículo na data da ocorrência do sinistro.

§ 2º A modalidade valor determinado garante ao segurado, no caso de indenização integral, o pagamento de quantia fixa, em moeda corrente nacional, estipulada pelas partes no ato da contratação do seguro.

§ 3º As coberturas de casco poderão ser estruturadas de forma parcial, com assunção apenas de parte do risco pela sociedade seguradora, conforme critérios estabelecidos nas condições contratuais.

Art. 5º Em caso de utilização de tabela de referência para determinação do LMI na data da ocorrência do sinistro, esta deverá ser estabelecida entre as tabelas divulgadas em revistas especializadas, jornais de grande circulação ou por meio eletrônico, elaboradas por instituição independente de notória competência, por meio das quais são apresentados os preços médios de venda de veículos do mercado nacional, por modelo e ano.

Parágrafo único. As condições contratuais deverão conter cláusula com descrição específica da tabela substituta, estabelecida na proposta do seguro, que atenda aos requisitos previstos no caput, e que será aplicada em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela adotada por ocasião da contratação do seguro.

Art. 6º Nos casos em que o seguro for contratado sem a identificação exata do veículo segurado, as condições contratuais deverão estabelecer claramente os critérios aplicáveis para sua identificação, bem como a forma de determinação do LMI.

Art. 7º A cobertura de acidentes pessoais de passageiros (APP) poderá ser estabelecida para eventos causados por veículo segurado indicado na apólice ou por qualquer veículo automotor de via terrestre conduzido pelo segurado ou pelo(s) condutor(es) indicado(s) na apólice de seguro, independentemente de quem seja seu proprietário, devendo o critério adotado estar claramente estipulado nas condições contratuais.

Art. 8º As coberturas do ramo "assistência e outras coberturas - auto" são coberturas securitárias, relacionadas ao veículo segurado, que não sejam típicas de outros ramos de seguro do grupo automóvel e que prevejam, para fins de indenização, pagamento de valor contratado, reembolso de despesas incorridas e/ou prestação de serviços, conforme estipulado nas condições contratuais.

Parágrafo único. A cobertura de assistência poderá ser estabelecida para eventos causados por veículo segurado indicado na apólice ou por qualquer veículo automotor de via terrestre conduzido pelo segurado ou pelo(s) condutor(es) indicado(s) na apólice de seguro, independentemente de quem seja seu proprietário, devendo o critério adotado estar claramente estipulado nas condições contratuais.

Franquias

Art. 9º Quando determinada cobertura envolver vários itens independentes integrantes do veículo segurado, tais como retrovisores, vidros, faróis, entre outros, a aplicação de franquia pode se dar de forma única ou por item, conforme definido nas condições contratuais e observado critério de tarifação adotado.

Indenização integral

Art. 10. As condições contratuais deverão estabelecer os critérios para caracterização de indenização integral.

Parágrafo único. Quando da liquidação de sinistro, é vedada a dedução de valores referentes às avarias previamente constatadas nos casos de indenização integral.

Art. 11. As condições contratuais deverão estabelecer o tratamento a ser adotado para seguros contratados para veículo zero quilômetro em caso de ocorrência de sinistro com direito a indenização integral, inclusive, se for o caso, o período em que haja critério diferenciado para determinação do valor a ser indenizado.

Reparação dos veículos

Art. 12. Para a reparação de veículos sinistrados, deverá ser prevista contratualmente, de forma isolada ou combinada:

I - livre escolha de oficinas pelos segurados; ou

II - escolha de oficinas integrantes de rede referenciada.

§ 1º Na hipótese de comercialização do seguro na forma do inciso II do caput, o segurado deverá ser informado, de forma clara e em destaque, na proposta de seguro e nas condições contratuais, sobre eventual perda de garantia decorrente de reparação fora da rede autorizada da montadora do veículo.



§ 2º As sociedades seguradoras deverão manter em seu sítio eletrônico a lista atualizada das oficinas de sua rede referenciada por plano de seguro.

§ 3º Em caso de alteração significativa na rede referenciada, inclusive com impacto na abrangência geográfica, a sociedade seguradora deverá dar ciência aos segurados que possuam seguro com previsão de reparo de veículo exclusivamente na forma do inciso II do caput e, em caso de sinistro, garantir o mesmo padrão de atendimento, podendo indicar prestador de serviço que não faça parte de sua rede, sem ônus adicional.

Art. 13. Para fins de reparação do veículo em caso de sinistro, é admitido o uso de peças novas, originais ou não, nacionais ou importadas, desde que mantenham as especificações técnicas do fabricante.

§ 1º Adicionalmente ao disposto no caput, é admitida a utilização de peças usadas, observadas as disposições da legislação específica que regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, bem como as exigências técnicas necessárias para sua reutilização, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

§ 2º As condições contratuais deverão esclarecer em quais componentes poderão ser utilizados os diferentes tipos de peças, conforme as opções de que trata este artigo.

§ 3º A sociedade seguradora deverá garantir ao segurado acesso ao orçamento de reparos, o qual deverá conter a relação de todas as peças que serão utilizadas na recuperação do veículo sinistrado, usadas ou novas, originais ou não, devidamente identificadas por tipo.

§ 4º No caso de utilização de peças usadas deverão constar da relação de que trata o §3º deste artigo informações sobre a procedência, condições e garantia das peças.

Informações adicionais

Art. 14. As condições contratuais deverão estabelecer, além de outros dispositivos previstos em regulamentação específica:

I - a forma como será efetuado o pagamento da indenização integral de veículos alienados fiduciariamente;

II - se, no caso de cancelamento do contrato de seguro em decorrência de sinistro, haverá restituição de parte do prêmio relativo às demais coberturas contratadas e não utilizadas, observado o critério de tarifação adotado;

III - cláusula dispondo que os veículos salvados passam a ser de inteira responsabilidade da sociedade seguradora, uma vez efetuado o pagamento da indenização integral;

IV - cláusula dispondo que, em caso de contratação de cobertura parcial, nos termos do §3º do art. 4º, o veículo salvo é do segurado, sem prejuízo de acordo diverso entre as partes; e

V - cláusula de vistoria prévia, se for o caso.

Proposta e apólice

Art. 15. Além das informações previstas em regulamentação específica, a proposta, a apólice, o bilhete e, quando for o caso, o certificado do seguro de automóvel deverão conter, ainda, as seguintes informações:

I - identificação do veículo segurado ou, quando for o caso, critério aplicável para sua identificação;

II - valor atribuído ao veículo segurado, para os casos em que o LMI for estabelecido em valor fixo;

III - critério para determinação do LMI na data de ocorrência do sinistro, incluindo fator de ajuste, se aplicável, para os casos em que o LMI não for estabelecido em valor fixo;

IV - critério para apuração do valor a ser indenizado para veículo zero quilômetro, quando aplicável;

V - critério para definição do valor de indenização em caso de contratação de cobertura parcial, nos termos do §3º do art. 4º, incluindo indicação de percentual, se for o caso;

VI - classe de bônus e/ou outras formas de recompensa, quando houver;



VII - indicação da possibilidade de livre escolha de oficinas pelo segurado e/ou utilização de oficinas integrantes de rede referenciada pela sociedade seguradora;

VIII - respostas ao questionário de avaliação de risco, quando houver; e

IX - informação clara quanto ao tipo de peça a ser utilizada, em caso de reparação decorrente de sinistro parcial.

Parágrafo único. Quando contratada a cobertura de APP, deverá ser indicado, nos documentos de que trata o caput, o LMI por passageiro.

CAPÍTULO III

COBERTURA DE RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA

Art. 16. A cobertura de responsabilidade civil facultativa garante o interesse do segurado, quando este for responsabilizado por danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, a título de reparação, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, mediante a anuência da sociedade seguradora, desde que atendidas as disposições do contrato, em decorrência de sinistro causado:

I - por veículo segurado indicado na apólice, para a modalidade de responsabilidade civil facultativa veículos (RCFV); ou

II - por qualquer veículo conduzido pelo segurado ou pelo(s) condutor(es) indicado(s) na apólice de seguro, independentemente de quem seja seu proprietário, para a modalidade de responsabilidade civil facultativa para condutores de veículos automotores (RCFC).

Parágrafo único. Em caso de sinistro amparado por coberturas de RCFV e RCFC, a cobertura de RCFC deverá ser acionada a primeiro risco da cobertura de RCFV, exceto no caso de coberturas contratadas pelo mesmo segurado, quando a cobertura de RCFV deve ser acionada a primeiro risco.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os planos de seguros registrados na Susep antes do início de vigência desta Circular, e que não estejam em conformidade com suas disposições, deverão ser adaptados à presente norma em até cento e oitenta dias após sua entrada em vigor, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 18. A Circular Susep nº 535, de 28 de abril de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 17.

.....

§ 3º Os registros dos endossos e dos avisos de sinistros do ramo 26 (Auto Popular), em runoff, poderão ser mantidos até se extinguirem. " (NR)

Art. 19. O Anexo I da Circular Susep nº 535, de 28 de abril de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - alteração da nomenclatura do ramo 53 no Grupo 05 (Automóvel) de "Responsabilidade Civil Facultativa Veículos - RCFV" para "Responsabilidade Civil Facultativa - Auto"; e

II - exclusão do ramo 26 (Auto Popular) no Grupo 05 (Automóvel).

Art. 20. Ficam revogadas:

I - a Circular Susep nº 269, de 30 de setembro de 2004;

II - a Circular Susep nº 389, de 23 de setembro de 2009;

III - a Circular Susep nº 557, de 18 de julho de 2017;

IV - a Carta Circular Susep/DEFIS/GAB/nº 02, de 9 de junho de 2004; e

V - a Carta-Circular Susep nº 1, de 22 de agosto de 2019.

Art. 21. Esta Circular entra em vigor em 1º de setembro de 2021.



SOLANGE PAIVA VIEIRA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

